



Isabel Wilkerson

# Casta

As origens de nosso mal-estar

Tradução:  
Denise Bottmann e Carlos Alberto Medeiros

 ZAHAR

Pilar número dois: Hereditariedade

Pilar número três: Endogamia e controle do casamento e do intercuro

Pilar número quatro: Pureza versus conspurcação

Pilar número cinco: Hierarquia ocupacional: Os *jatis* e a base de sustentação

Pilar número seis: Desumanização e estigma

Pilar número sete: O terror como imposição, a crueldade como forma de controle

Pilar número oito: Superioridade intrínseca versus inferioridade intrínseca

#### PARTE IV: **Os tentáculos da casta**

*Olhos castanhos versus olhos azuis*

10. Escalação errada

11. A ameaça à posição do grupo dominante e a precariedade do nível superior

12. Um bode expiatório para carregar os pecados do mundo

13. O alfa inseguro e a finalidade de um ômega

14. A intromissão da casta na vida cotidiana

15. A necessidade premente de um escalão inferior

16. A angústia de ficar por último: Espremidos num porão inundado

17. Nas primeiras linhas de frente da casta

18. Satchel Paige e a ilogicidade da casta

#### PARTE V: **As consequências da casta**

19. A euforia do ódio

20. O inevitável narcisismo da casta

21. A garota alemã com cabelo escuro e ondulado
22. A síndrome de Estocolmo e a sobrevivência da casta subordinada
23. Tropas de choque nas fronteiras da hierarquia
24. Cortisol, telômeros e a letalidade da casta

#### PARTE VI: **Retrocesso**

25. Uma mudança de roteiro
26. O ponto de virada e o renascimento da casta
27. Os símbolos da casta
28. A democracia na cédula
29. O preço que pagamos por um sistema de castas

#### PARTE VII: **Despertar**

30. Tirando o cordão sagrado  
*A radicalização da casta dominante*
31. O coração é a última fronteira

Epílogo: Um mundo sem castas

*Agradecimentos*

*Notas*

*Referências bibliográficas*

*Sobre a autora*

*Créditos*

*À memória de meus pais,  
que sobreviveram ao sistema de castas,  
e à memória de Brett,  
que o enfrentou*



Pois, mesmo que eu falasse, ninguém acreditaria em mim. E não acreditariam em mim justamente porque saberiam que era verdade.

JAMES BALDWIN<sup>1</sup>

Se a maioria conhecesse a raiz desse mal, o caminho para curá-lo não seria longo.

ALBERT EINSTEIN<sup>2</sup>

## O homem na multidão

*Existe uma famosa imagem em preto e branco da época do Terceiro Reich. É uma foto tirada em 1936 em Hamburgo, na Alemanha, com cem ou mais operários portuários, todos olhando na direção do sol. Eles fazem uma saudação em uníssono, com o braço direito rigidamente estendido declarando lealdade ao Führer.*

*Olhando com atenção, podemos ver um homem no canto superior direito que se diferencia dos outros. Seu rosto tem uma expressão calma, mas inflexível. As reproduções modernas dessa foto costumam acrescentar um círculo vermelho em volta do homem ou uma flecha apontando para ele. Ele está cercado por concidadãos que caíram sob o fascínio dos nazistas. Mantém os braços cruzados no peito, a poucos centímetros das mãos estendidas dos demais. Só esse homem se recusa a fazer a saudação. É o único que se levanta contra a corrente.*

*Olhando em retrospecto, é a única pessoa em toda a cena que está no lado certo da história. Todos ao redor estão tragicamente, fatidicamente, categoricamente errados. Naquele momento, só ele conseguia enxergar isso.*

*Acredita-se que seu nome era August Landmesser. Na época, ele não tinha como saber o rumo facínora que aquela histeria em torno dele iria tomar. Mas já vira o suficiente para rejeitá-la.*

*Ele próprio, anos antes, havia se filiado ao Partido Nazista. Mas àquela altura já sabia por experiência própria que os nacional-socialistas estavam alimentando os alemães com mentiras sobre os judeus, os párias da época, e que,*

mesmo naqueles anos iniciais do Reich, haviam causado instabilidade, terror e destruição. Ele sabia que os judeus não eram Untermenschen; sabia que eram cidadãos alemães, humanos como todos os demais. Ariano, amava uma judia, mas por causa da recente implantação das Leis de Nuremberg a relação se tornara ilegal. Eles estavam proibidos de se casar ou de ter relações sexuais, o que, nos dois casos, constituía o que os nazistas chamavam de “infâmia racial”.<sup>1</sup>

Sua experiência pessoal e sua íntima ligação com a casta tomada como bode expiatório lhe permitiam enxergar para além das mentiras e estereótipos tão prontamente abraçados por membros sugestionáveis — a maioria, infelizmente — da casta dominante. Embora ariano, ele tinha clareza quanto à humanidade das pessoas ditas inferiores e se importava com o bem-estar delas, com seus destinos unidos ao dele. Via o que seus conterrâneos decidiram não ver.

Num regime totalitário como o do Terceiro Reich, erguer-se contra todo um oceano constituía um ato de bravura. Todos nós queremos crer que faríamos o mesmo. Temos a certeza de que, se fôssemos cidadãos arianos sob o Terceiro Reich, sem dúvida enxergaríamos mais além, nos ergueríamos como ele, seríamos aquela pessoa que, diante da histeria da massa, resistira ao autoritarismo e à brutalidade.

Queremos crer que tomaríamos o caminho mais difícil de se postar contra a injustiça, em defesa dos párias. Mas, a menos que todos nos dispuséssemos a vencer nossos medos, a suportar o desconforto e a ridicularização, a sofrer o escárnio de parentes, vizinhos, amigos e colegas de trabalho, a cair em desgraça entre talvez todos os nossos conhecidos, a enfrentar a exclusão e até a expulsão, seria numericamente impossível, humanamente impossível, que todos nós fôssemos aquele homem. Qual o custo de sê-lo em qualquer época? Qual o custo de sê-lo agora?

## PARTE I

# Toxinas no gelo e o calor aumentando por todos os lados

## 1. A sobrevivência dos patógenos

NO TERRÍVEL VERÃO DE 2016, uma onda de calor incomum atingiu a tundra siberiana no ponto extremo daquilo que, outrora, os antigos chamavam de Finisterra, Fim da Terra. Acima do Círculo Ártico e longe da colisão entre as placas tectônicas da placa americana, o calor aumentou sob e sobre a superfície terrestre, o ar atingindo inconcebíveis 35°C na península russa de Yamal. Incêndios alastraram-se e bolsões de metano explodiram sob o solo normalmente congelado da região polar.

Logo os filhos dos nenets, os pastores nômades nativos, foram acometidos por uma doença misteriosa, que muita gente não reconheceu e nunca vira antes. Um menino de doze anos teve febre alta e fortes dores no estômago e morreu. As autoridades russas decretaram estado de emergência e começaram a transferir de avião centenas de nenets doentes para o hospital mais próximo, em Salekhard.

Os cientistas então identificaram o que havia atingido os povoados siberianos. O calor insólito penetrara no permafrost a uma profundidade muito maior do que a normal, atingindo uma toxina que estava enterrada debaixo dela desde 1941, quando o mundo estava em guerra. Era o antraz, um bacilo patogênico que havia matado rebanhos inteiros de renas várias décadas antes e, durante todo esse tempo, permanecera oculto nas carcaças enterradas no gelo. Uma carcaça contaminada se descongelou e aflorou à superfície naquele verão, e então o bacilo



despertou, intacto e poderoso como sempre fora.<sup>1</sup> Os esporos patogênicos se infiltraram nas pastagens, infectaram as renas e depois os pastores que cuidavam e conviviam com os animais. O antraz, tal como os patógenos humanos do ódio e do tribalismo neste século, nunca morrera. Ele aguardou, adormecido, até aflorar à superfície e voltar à vida por ação de circunstâncias extremas.

No outro lado do planeta, a democracia mais antiga e mais poderosa do mundo convulsionava por causa de uma eleição que iria monopolizar a atenção do mundo ocidental e causar uma ruptura psíquica na história americana que provavelmente será estudada e dissecada por gerações. Naquele verão, no outono e nos anos seguintes, entre comentários sobre expulsar muçulmanos, mulheres desagradáveis, muros na fronteira e nações de merda, era comum ouvir em certos círculos exclamações incrédulas como “Isso não são os Estados Unidos”, “Não reconheço meu país” ou “Não é isso que nós somos”. Só que este era e é o nosso país, e é isso que éramos e somos, saibamos ou não, aceitemos ou não.

O calor aumentou no Ártico e em confrontos espalhados pelos Estados Unidos. Mais tarde naquele verão, na cidade de Nova York, um porto seguro num estado solidamente democrata, um artista branco no Brooklyn ajudava uma senhora branca de meia-idade a carregar suas sacolas de compras até uma estação de metrô da linha de Coney Island.

Na época, era impossível não falar sobre a campanha. Tinha sido uma temporada política sem precedentes. Pela primeira vez na história, uma mulher concorria à presidência do país como candidata de um dos partidos principais. Muito conhecida, era uma figura nacional sensata, altamente qualificada segundo algumas avaliações, convencional e cautelosa, quando não insípida, de acordo com seus detratores, mas com

mão firme em qualquer crise ou questão política que fosse chamada a resolver. O adversário era um bilionário impetuoso, um apresentador de reality show sempre disposto a insultar qualquer um que fosse diferente dele, um homem que nunca havia ocupado nenhum cargo público e que, segundo os analistas, não tinha a menor possibilidade de vencer as primárias de seu partido, que dirá a disputa presidencial.

Antes do fim da campanha, o candidato infernizou a oponente durante um debate visto em todo o globo. Ele se vangloriava de agarrar as mulheres pelos órgãos genitais, ridicularizava os portadores de deficiências, incentivava a violência contra a imprensa e contra os que discordavam dele. Seus seguidores escarneciam da candidata aos gritos de “Cadeia nela!” nos comícios lotados presididos pelo bilionário. Suas atividades e declarações eram consideradas tão grosseiras que alguns noticiários, antes da transmissão, apresentavam advertências aos pais.<sup>2</sup>

Ali estava um candidato “tão visivelmente não qualificado para o cargo”, afirmou o jornal inglês *The Guardian*, em 2016, “que sua candidatura parecia mais uma piada do que uma aposta séria para a Casa Branca”.<sup>3</sup>

O que estava em questão não era o que se costuma chamar de raça nos Estados Unidos. Os dois candidatos eram brancos, pertencentes à maioria histórica dominante do país. Mas a candidata representava o partido mais liberal, composto de uma variedade de alianças de humanitaristas e marginalizados, por assim dizer. Seu oponente representava o partido conservador, que, em décadas recentes, passara a ser visto como guardião de uma velha ordem social que favorecia e exercia ampla influência entre o eleitorado branco.

Os candidatos estavam em polos opostos, sendo igualmente odiados pelos fãs do respectivo adversário. Os extremos daquela época

obrigaram os americanos a tomar partido e assumir sua posição ou a lidar com a questão de alguma maneira. Assim, no dia em que o artista do Brooklyn ajudou a senhora a carregar as sacolas até o metrô, um dia que normalmente seria como qualquer outro, ela se virou de repente e perguntou em quem ele pretendia votar. O artista, sendo um progressista, disse que estava pensando em votar na candidata democrata, mais experiente. A senhora com as sacolas de compras decerto já havia suspeitado disso e não gostou da resposta. Ela, como milhões de outros americanos da maioria histórica, se sentira atraída pelos discursos grosseiros do bilionário nativista.

Poucas semanas antes, o bilionário tinha dito que podia dar um tiro em alguém na Quinta Avenida e não perderia nenhum voto, pois seus seguidores eram muito fiéis.<sup>4</sup> A mulher das sacolas era um deles. No principal santuário democrata do país, ela ouvira o chamado e decodificara as mensagens do bilionário. Incumbiu-se então de esclarecer ao artista seu erro de avaliação e se pôs a explicar a importância premente de que ele votasse certo.

“Sim, eu sei que às vezes ele se excede ao falar”, admitiu a mulher, aproximando-se de seu potencial convertido. “Mas ele vai restaurar nossa soberania.”

Foi aí, antes mesmo dos debates e da enxurrada de revelações que viriam, que o homem do Brooklyn se deu conta de que, apesar da improbabilidade e de todos os precedentes históricos, um apresentador de reality show com uma experiência formal mais ínfima do que, talvez, a de qualquer outro candidato anterior à presidência poderia se tornar o líder do mundo livre.

A campanha fora além de uma rivalidade política — era uma luta existencial pelo primado num país cuja composição demográfica vinha



mudando a olhos vistos. Pessoas com a mesma aparência do artista do Brooklyn e da mulher a caminho de Coney Island, com origens que remontavam à Europa, faziam parte da maioria histórica dominante, a casta racial principal numa hierarquia velada, desde antes da criação da república. Nos últimos anos, porém, o rádio e a televisão vinham divulgando notícias sobre o encolhimento da parcela branca da população. No verão de 2008, a agência de recenseamento dos Estados Unidos anunciou que, em 2042, os brancos provavelmente deixariam de constituir, pela primeira vez na história americana, a maioria num país que nunca conhecera outra configuração nem outra maneira de ser.<sup>5</sup>

Então, naquele outono, em meio ao que parecia ser uma crise financeira catastrófica, e como que para anunciar a possível derrocada da casta que por tanto tempo havia dominado, um afro-americano, um homem daquela que, historicamente, era a casta mais baixa, foi eleito presidente dos Estados Unidos. Com sua ascensão ao cargo, surgiram declarações prematuras sobre o surgimento de um mundo pós-racial, ao mesmo tempo que se formava um grande movimento com o único objetivo de mostrar que ele não havia nascido no país — uma campanha conduzida pelo mesmo bilionário que agora, em 2016, concorria à presidência.

Um ronco baixo vinha se adensando sob a superfície, os neurônios se alvoroçando com a perspectiva de um arrogante paladino da casta dominante, um porta-voz de suas ansiedades. Alguns ficaram mais ousados por conta disso. Um comandante da polícia no sul de Nova Jersey falou em liquidar os afro-americanos e reclamou que a candidata democrata ia “ceder a todas as minorias”. Naquele mês de setembro, ele espancou um adolescente negro algemado, que fora detido por estar nadando numa piscina sem autorização. O comandante agarrou a

cabeça do adolescente “como uma bola de basquete”, segundo testemunhas, e a bateu com força numa porta de metal. Aproximando-se a eleição, o comandante disse a seus policiais que o apresentador do reality show era “a última esperança para os brancos”.<sup>6</sup>

Analistas do mundo inteiro viam a importância da eleição. Observadores em Berlim e Johannesburgo, em Delhi e Moscou, em Beijing e Tóquio, ficaram acordados até altas horas da noite ou até a manhã seguinte para acompanhar os resultados naquela primeira terça-feira de novembro de 2016. O resultado, uma coisa difícil de entender para muitos fora dos Estados Unidos, era decidido não pelo voto popular, mas pelo Colégio Eleitoral, uma invenção americana da época da escravidão por meio da qual cada estado tem voz para decidir o vencedor com base nos votos de que dispõe no colégio e no resultado da votação popular em sua jurisdição.<sup>7</sup>

Até então, houvera apenas cinco eleições na história do país em que o Colégio Eleitoral ou um mecanismo semelhante prevalecera sobre o voto popular, com duas ocorrências concentradas no século XXI. Uma delas foi a eleição de 2016, uma colisão de circunstâncias incomuns.<sup>8</sup>

A eleição viria colocar os Estados Unidos na rota do isolacionismo, do tribalismo, do cercamento e da autoproteção, do culto à riqueza e ao consumo em detrimento dos outros, até do próprio planeta. Depois de contados os votos e declarada a vitória do bilionário, para o choque do mundo e daqueles talvez menos imersos na história racial e política do país, um homem num campo de golfe na Geórgia se sentiu à vontade para se manifestar. Era um filho da Confederação, que entrara em guerra contra os Estados Unidos pelo direito de escravizar outros seres humanos. A eleição foi uma vitória para ele e para a ordem social em que nascera. Ele disse aos que estavam em volta: “Lembro-me de uma

época em que todos conheciam seu devido lugar. É hora de voltarmos a isso”.

O sentimento de que se retornava a uma velha ordem das coisas, à hierarquia fechada dos antepassados, logo se espalhou pelo país numa onda de crimes de ódio e violência de massa que ocuparam as manchetes. Pouco tempo depois da cerimônia de posse do bilionário, um homem branco no Kansas disparou e matou um engenheiro indiano, dizendo ao imigrante e a seu colega também indiano, enquanto atirava neles: “Saíam do meu país”. No mês seguinte, um veterano branco das Forças Armadas pegou um ônibus em Baltimore para Nova York, com o objetivo de matar negros. Ele perseguiu um negro de 66 anos na Times Square e o matou com um golpe de espada. O agressor se tornou o primeiro supremacista branco condenado por terrorismo no estado de Nova York.

Num trem lotado em Portland, no Oregon, um homem branco berrando ofensas raciais e antimuçulmanas atacou duas adolescentes, uma das quais usava um hijab. “Caíam fora”, gritava ele. “Aqui precisamos de americanos.” Quando três homens brancos saíram em defesa das jovens, o agressor os esfaqueou. “Sou um patriota”, disse à polícia, ao ser levado para a cadeia, “e espero que todos que esfaqueei tenham morrido.” Tragicamente, dois dos homens não sobreviveram aos ferimentos. Então, naquele verão de 2017, um supremacista branco se lançou de carro sobre manifestantes num comício contra o ódio em Charlottesville, na Virgínia, matando uma jovem branca, Heather Heyer, num conflito sobre os monumentos à Confederação que atraiu a atenção do mundo todo.

O ano de 2017 se tornou o mais fatal em tiroteios em massa na história americana moderna. O maior massacre do gênero no país



ocorreu em Las Vegas, sendo seguido por uma série de tiroteios em escolas públicas, estacionamentos, ruas e supermercados de toda a nação. No outono de 2018, onze judeus foram mortos numa sinagoga em Pittsburgh, no pior ataque antissemita perpetrado em solo americano. Na periferia de Louisville, no Kentucky, um homem tentou um ataque parecido a uma igreja negra, forçando as portas trancadas para entrar e atirar nos paroquianos durante seus estudos bíblicos. Não conseguindo arrombar as portas, ele foi até um supermercado próximo e matou os primeiros negros que viu — uma mulher no estacionamento e um homem comprando cartolina com o neto. Um passante armado por acaso viu o atirador no estacionamento. “Não atire em mim e eu não atiro em você”, o atirador teria dito ao homem, segundo os noticiários. “Branços não matam brancos.”

Nos meses seguintes, enquanto o novo presidente abandonava tratados internacionais e se empenhava em granjear o apoio de autocratas, muitos observadores passaram a recear o fim do regime democrático e a temer pela república. Por iniciativa própria, o novo líder retirou a democracia mais antiga do mundo do Acordo de Paris de 2016, no qual nações de todo o mundo haviam se unido para combater a mudança climática, para a angústia de muitos na corrida já em desvantagem para proteger o planeta.

Logo um grupo de importantes psiquiatras, cuja profissão só lhes permite falar sobre seus diagnósticos caso a pessoa seja uma ameaça para si ou para outras, tomou a iniciativa extraordinária de alertar o público americano para o fato de que o líder recém-empossado do mundo livre era um narcisista maligno, um perigo para o povo. No segundo ano do governo, crianças latinas foram encarceradas na fronteira com o México, separadas dos pais que procuravam asilo.

Medidas de proteção do ar, da água e das espécies ameaçadas, há décadas em vigor, foram sumariamente revogadas. Vários consultores de campanha foram presos ao se ampliarem investigações de corrupção, e um presidente em exercício estava sendo descrito como agente de uma potência estrangeira.

O partido de oposição fora derrotado nos três poderes e estava preocupado com o que fazer. Ele conseguiu recuperar a Câmara em 2018, o que lhe deu apenas um sexto do governo — isto é, metade do Poder Legislativo —, e a princípio hesitou em dar início ao processo de impeachment dentro de sua esfera de competência. Muitos temiam que isso pudesse aumentar a fúria das bases do bilionário e gerar uma forte reação, em parte porque, embora representassem uma minoria do eleitorado, elas eram maciçamente formadas por pessoas da casta dominante. A obstinação cega dos seguidores do presidente e a angústia da oposição pareciam comprometer o sistema de freios e contrapesos tido como basilar, indicando que, por algum tempo, os Estados Unidos não eram, nas palavras de um dirigente do Partido Democrata na Carolina do Sul, uma “democracia plenamente funcional”.<sup>9</sup>

No começo do terceiro ano, o presidente foi condenado em um processo de impeachment por seus adversários na Câmara e absolvido por seus seguidores no Senado, em votações que seguiam as linhas partidárias e refletiam as fraturas no país como um todo. Esse processo de impeachment foi apenas o terceiro na história americana.<sup>10</sup> A essa altura, tinham se passado mais de trezentos dias sem nenhum informe da Casa Branca à imprensa, um ritual de prestação de contas de Washington que cessara tão discretamente que poucos pareceram perceber mais essa ruptura da normalidade.<sup>11</sup>

Então a pior pandemia em mais de cem anos paralisou o mundo. O presidente descartou o problema como um vírus chinês que desapareceria num passe de mágica, desqualificou o alarde crescente dizendo que tudo aquilo não passava de uma farsa e destratou os que discordavam dele ou tentavam preveni-lo. Poucas semanas depois, os Estados Unidos teriam o maior surto do planeta, governadores solicitando kits de exames e respiradores, enfermeiras se enrolando em sacos de lixo para se proteger do contágio enquanto atendiam os doentes. O país estava perdendo a capacidade de se chocar; o inexplicável se tornara parte do cotidiano.<sup>12</sup>

O que acontecera com os Estados Unidos? Como explicar que dezenas de milhões de eleitores tivessem resolvido deixar de lado todos os costumes e colocar o país — e, portanto, o mundo — nas mãos de uma celebridade inexperiente, um homem que nunca servira na guerra nem em qualquer cargo público, ao contrário de todos os anteriores, e cuja retórica parecia um ímã para os extremistas?<sup>13</sup> Será que os mineiros e operários da indústria automobilística estavam descontentes com a estagnação econômica? Será que os moradores do interior estavam se vingando das elites costeiras? Será que uma parcela do eleitorado simplesmente desejava uma mudança? Será que a mulher na disputa, a primeira a chegar tão perto do cargo mais alto da nação, tinha mesmo feito uma campanha que fora uma “confusão total”, como afirmaram dois veteranos jornalistas políticos?<sup>14</sup> Será que os eleitores urbanos (significando negros) não tinham comparecido às urnas, ao contrário dos eleitores evangélicos (significando brancos)? Como era possível que tanta gente, tantos trabalhadores comuns, dependentes de assistência médica e educação pública para os filhos, de proteção à água que bebiam e de seus salários, tivesse votado “contra seus próprios



interesses”, como afirmaram muitos progressistas no nevoeiro daquela guinada na história política? Todas essas teorias ganharam popularidade após a divulgação dos resultados, algumas com boas doses de verdade.

A terra mudara da noite para o dia, ou pelo menos assim parecia. Há tempos definimos os terremotos como resultado da colisão entre placas tectônicas que se empurram uma sob a outra, e acreditamos que é fácil identificar essa luta interna sob a superfície. Nos terremotos clássicos, podemos sentir o solo tremendo e rachando debaixo de nossos pés, podemos ver a devastação da paisagem ou os tsunamis que os seguem.

O que os cientistas descobriram apenas recentemente é que os terremotos mais conhecidos, aqueles que, enquanto ocorrem, são fáceis de medir e geram destruição instantânea, muitas vezes são precedidos por perturbações mais longas, lentas, catastróficas, que ocorrem mais de 35 quilômetros abaixo da crosta terrestre, profundas demais para serem sentidas e silenciosas demais para serem medidas. Elas são tão poderosas quanto os terremotos que podemos ver e sentir, mas passam muito tempo sem ser detectadas porque se desenvolvem em silêncio, despercebidas, até que um grande abalo se anuncia na superfície. Só nos últimos tempos os geofísicos passaram a dispor de tecnologia com sensibilidade suficiente para detectar os movimentos ocultos mais profundos no centro da Terra. Eles são chamados de terremotos silenciosos. E apenas recentemente as circunstâncias nos obrigaram, nessa era atual de ruptura humana, a buscar os movimentos ocultos do coração humano, a descobrir as origens de nosso mal-estar.

Na época da eleição americana naquele ano fatídico, os siberianos tentavam se recuperar do calor que os atingira meses antes. Dezenas de pastores nativos foram transferidos para outros locais, alguns precisaram ficar em quarentena e tiveram suas tendas desinfetadas. As autoridades

procederam à vacinação em massa dos pastores e das renas remanescentes. Eles haviam passado anos sem ser vacinados, pois o último surto ocorrera várias décadas antes, e considerava-se que o problema ficara no passado. “Um erro evidente”, disse um biólogo russo a um site de notícias.<sup>15</sup> As forças armadas precisaram estudar a melhor forma de se desfazer das 2 mil renas mortas, a fim de impedir que os esporos voltassem a se espalhar.<sup>16</sup> Para se livrar dos patógenos, não bastava apenas enterrar as carcaças. Era preciso incinerá-las em campos de combustão a uma temperatura de até 500°C e encharcar as cinzas e a terra ao redor com água sanitária para matar os esporos e proteger as pessoas em trânsito.<sup>17</sup>

Acima de tudo, e de maneira mais preocupante para a humanidade em geral, havia a grave mensagem de 2016 e da segunda década em curso de um novo milênio: a de que o aumento do calor nos oceanos da Terra e no coração humano poderia reviver ameaças há longo tempo sepultadas, e a de que alguns patógenos jamais poderiam ser extintos, apenas contidos — ou, talvez, na melhor das hipóteses, controlados com vacinas em constante aperfeiçoamento contra suas esperadas mutações.

O que a humanidade aprendeu, espera-se, foi que um vírus antigo e resistente exige, talvez acima de tudo, que se tenha consciência de seu perigo sempre presente, que se tomem medidas preventivas contra a exposição a ele, que se dê atenção ao poder de sua longevidade, sua capacidade de sofrer mutação, sobreviver e hibernar até ser despertado novamente. Esses agentes contagiosos não parecem poder ser destruídos, pelo menos não ainda, apenas administrados e previstos, como ocorre com qualquer vírus, e a previdência e a vigilância, a prudência de nunca descartar sua possibilidade, nunca subestimar sua persistência, talvez sejam, por ora, o antídoto mais eficiente.



## Os órgãos vitais da história

*Quando vamos ao consultório, o médico não nos passa um tratamento sem levar em conta o nosso histórico — e não só o nosso, mas também o de nossos pais e avós. Ele só nos atenderá depois de preenchermos várias folhas numa prancheta que recebemos ao chegar. Não arriscará nenhum diagnóstico enquanto não souber o histórico pregresso de algumas gerações.*

*Enquanto preenchemos os papéis sobre nosso passado clínico e nossas queixas atuais, informando as doenças a que nosso corpo foi exposto e aquelas a que sobreviveu, de nada nos vale esconder que tivemos tal ou tal enfermidade, negar a plena verdade do que nos trouxe até esse momento. Raramente se resolve algum problema ignorando-o.*

*Examinar a história de um país é como descobrir que o alcoolismo ou a depressão são comuns na família, que o suicídio ocorre com mais frequência do que o habitual ou, com os avanços da genética, que uma pessoa herdou marcadores de mutação no gene BRCA para câncer de mama. Diante dessas descobertas, não nos encolhemos num canto, com vergonha ou sentimentos de culpa. Se somos sensatos, não impedimos que elas sejam mencionadas. Na verdade, fazemos o contrário. Nos instruímos. Conversamos com pessoas que passaram pela mesma situação, com especialistas que pesquisaram o assunto. Nos informamos sobre as consequências e as dificuldades, as opções e os tratamentos. Podemos rezar e meditar. Então tomamos precauções para*

*proteger a nós mesmos e às gerações futuras, e trabalhamos para que essas coisas, sejam o que forem, não voltem a acontecer.*

## 2. Uma casa velha e uma luz infravermelha

O INSPETOR APONTOU A LENTE INFRAVERMELHA para um arco disforme no teto, o feixe invisível de luz perscrutando as ripas para examinar o que os olhos não conseguiam ver. A casa fora construída várias gerações atrás, e eu notara uma levíssima marca num canto do reboco de um quarto de hóspedes, que pensei que não fosse nada de mais. Com o tempo, a marca no teto se transformou em uma onda que se alargou e avolumou, apesar do telhado novo. Ela viera aumentando imperceptivelmente durante anos. Uma casa velha tem uma espécie de aura própria, uma tia viúva com uma bela história para contar, um mistério, uma série de enigmas entrelaçados aguardando solução. Por que essa viga está enfiada no canto de uma cornija? O que haverá por trás desse pedaço de tijolo descorado? Numa casa velha, o trabalho nunca termina, e não se espera que termine.

Os Estados Unidos são uma casa velha. Nunca podemos dizer que o trabalho terminou. Ventos, enchentes, secas e levantes humanos desgastam uma estrutura que já enfrenta todas as eventuais falhas que passaram despercebidas na fundação original. Quando moramos numa casa velha, às vezes nem queremos entrar no porão depois de uma tempestade para ver se houve algum estrago. Mas, se decidimos não olhar, é por nossa conta e risco. Quem tem uma casa velha sabe que aquilo que prefere ignorar não irá desaparecer. O que está escondido

virá à tona, quer decidamos olhar ou não. A ignorância não protege das consequências da inação. Aquilo que queremos que desapareça continuará nos incomodando até reunirmos coragem para encarar o que preferiríamos não ver.

Nós no mundo desenvolvido somos como herdeiros de uma casa que é linda por fora, mas foi construída sobre um solo instável de barro e pedra, oscilando e se contraindo ao longo das gerações, com rachaduras que são consertadas, mas com fissuras mais profundas que se espraiam por décadas, mesmo por séculos. Muita gente pode dizer, e com razão: “Não tenho nada a ver com o começo disso tudo. Não tenho nada a ver com os pecados do passado. Meus ancestrais nunca atacaram os povos indígenas, nunca tiveram escravos”. Certo. Nenhum de nós estava aqui quando a casa foi construída. Nossos antepassados imediatos podiam não ter nada a ver com isso, mas aqui estamos nós, os ocupantes atuais de uma propriedade com rachaduras causadas pela corrosão, com paredes abauladas e fissuras na fundação. Somos os herdeiros de tudo o que há de certo ou errado com ela. Não fomos nós que erguemos as vigas e os pilares tortos, mas somos nós que agora temos de lidar com eles.

E qualquer deterioração adicional está, de fato, em nossas mãos.

Se não forem consertadas, as fendas e rachaduras transversais não irão se consertar sozinhas. As toxinas não desaparecerão; pelo contrário, se espalharão, se infiltrarão e sofrerão mutações, como já fizeram. Quando moramos numa casa velha, acabamos nos adaptando às idiossincrasias e aos evidentes perigos de uma estrutura antiga. Colocamos um balde sob o teto pingando, escoramos o assoalho que range, aprendemos a pular o degrau da escada que está com a madeira podre. O desleixo se torna aceitável, e o inaceitável se torna apenas inconveniente. Depois de



conviver com isso por um tempo, o impensável se torna normal. Depois de conviver com isso por gerações, passamos a achar que o incompreensível é como a vida deve mesmo ser.

O INSPETOR ESTAVA DIANTE do mistério do teto deformado, e primeiro colocou um sensor na superfície para verificar se ela estava úmida. Como o resultado foi inconclusivo, pegou a câmera de infravermelho para tirar uma espécie de radiografia do que estava acontecendo, seguindo o princípio de que não se pode resolver um problema sem se ver do que se trata. Agora ele podia enxergar através do reboco, por trás da superfície que fora pintada ou revestida com papel de parede, tal como agora devemos fazer na casa em que todos moramos, para examinar uma estrutura construída muito tempo atrás.

Como acontece com outras casas velhas, os Estados Unidos têm um esqueleto que não se vê, um sistema de castas que é fundamental para seu funcionamento, tal como as vigas e as traves que não vemos nas construções físicas que chamamos de casas. A casta é a infraestrutura das nossas divisões. É a arquitetura da hierarquia humana, o código subconsciente de instruções para manter, no nosso caso, uma ordem social de quatrocentos anos. Examinar a casta é como segurar a radiografia do país contra a luz.

Um sistema de castas é uma construção artificial, uma classificação do valor humano fixada e arraigada que estabelece a suposta supremacia de um grupo contra a suposta inferioridade de outros, com base na ancestralidade e em traços muitas vezes inalteráveis, traços que seriam neutros no plano abstrato, mas que recebem um significado de vida ou morte numa hierarquia que favorece a casta dominante concebida pelos antepassados. Um sistema de castas utiliza limites rígidos, muitas vezes

arbitrários, para manter os grupos separados, diferenciados uns dos outros, em seus respectivos lugares.

Na história humana, três sistemas de castas se destacam. O sistema de castas da Alemanha nazista, assustador, tragicamente acelerado e oficialmente derrotado. O sistema indiano, que subsiste ao longo de milênios. E a pirâmide de castas dos Estados Unidos, fundamentada na raça, que é tácita e muda de forma ao longo do tempo. Cada versão se baseou na estigmatização dos supostos inferiores a fim de justificar a desumanização necessária para manter na base as pessoas de classificação mais baixa e os protocolos para a vigência dessa ordem. Um sistema de castas perdura porque muitas vezes é justificado em nome da vontade divina, originando-se dos textos sagrados ou das pretensas leis da natureza, reforçado por toda a cultura e transmitido ao longo das gerações.

Em nossa vida cotidiana, a casta é como uma sala de teatro escura onde entramos em silêncio, o lanterninha apontando para baixo o fecho de luz, nos conduzindo aos lugares que nos foram designados para assistir ao espetáculo. A hierarquia de castas não tem a ver com a moral ou os sentimentos, mas com o poder — quais grupos o têm, quais não —, os recursos — qual casta é tida como merecedora deles, qual não, quem pode ou não adquiri-los e controlá-los —, o respeito, a autoridade e os pressupostos de competência — a quem são ou não concedidos.

Como meio de atribuir valor a setores inteiros da espécie humana, a casta serve de parâmetro para cada um de nós, muitas vezes para além de nossa consciência. Ela embute em nossa estrutura óssea uma classificação inconsciente das características humanas e apresenta as regras, as expectativas e os estereótipos que têm sido usados para justificar brutalidades contra grupos inteiros dentro de nossa espécie. No

sistema de castas americano, o sinal indicador da classificação é o que chamamos de raça, a divisão dos seres humanos com base em sua aparência. Nos Estados Unidos, a raça é o instrumento básico, o marcador visível, a fachada da casta.

A raça faz o trabalho pesado para um sistema de castas que exige um meio de divisão humana. Se somos ensinados a ver os seres humanos na linguagem da raça, a casta, por sua vez, é a gramática subjacente que assimilamos desde crianças, como quando aprendemos nossa língua materna. A casta, como a gramática, se torna um guia invisível não só para o modo como falamos, mas também para o modo como processamos as informações, os cálculos que fazemos por reflexo condicionado diante de uma frase sem precisar pensar nela. Muitos de nós nunca tiveram aulas de gramática, mas mesmo assim sabemos que um verbo transitivo pede um objeto, que um sujeito precisa de um predicado; sabemos, sem precisar pensar, a diferença entre a terceira pessoa do singular e a terceira do plural. Podemos dizer “raça” nos referindo às pessoas como negras, brancas, latinas, asiáticas ou indígenas, mas o que está por trás de cada rótulo são séculos de história e de atribuição de pressupostos e valores a traços físicos dentro de uma estrutura hierárquica dos seres humanos.

A aparência das pessoas, ou melhor, a raça que lhes é atribuída ou a que pertencem, segundo a percepção alheia, é a pista visível de sua casta. É o crachá histórico para o público, indicando como devem ser tratadas, onde é de supor que morem, que tipo de posição é de supor que ocupem, se são de tal ou tal parte da cidade ou se têm tal ou tal cargo numa diretoria, se é de esperar que falem com autoridade sobre tal ou tal assunto, se receberão analgésico num hospital, se o bairro onde vivem provavelmente é vizinho a uma área de despejo de resíduos



tóxicos ou se a água das torneiras de suas casas é contaminada, se têm maior ou menor probabilidade de sobreviver ao parto na nação mais avançada do mundo, se podem ser alvejadas impunemente pelas autoridades.

Sabemos que as letras do alfabeto são neutras e só têm sentido quando se combinam para formar uma palavra, que, por sua vez, não tem significado até ser inserida numa sentença e interpretada pelo falante. Assim como “*negro*” e “*branco*” foram termos aplicados a pessoas que, literalmente, não eram nem uma coisa nem outra, e sim gradações de marrom, bege e marfim, o sistema de castas coloca as pessoas em polos opostos e atribui significado aos extremos e às gradações intermediárias, e então reforça esses significados reproduzindo-os nos papéis que eram e são atribuídos a cada casta, sendo ela autorizada ou obrigada a cumprir.

Casta e raça não são sinônimos nem mutuamente excludentes. Podem coexistir e de fato coexistem na mesma cultura, e servem para reforçar uma à outra. A raça, nos Estados Unidos, é o agente visível da força invisível da casta. A casta é a ossatura, a raça é a pele. A raça é o que podemos ver, os traços físicos que receberam um significado arbitrário e se tornaram um resumo do que a pessoa é. A casta é a poderosa infraestrutura que mantém cada grupo em seu lugar.

A casta é fixa e rígida. A raça é fluida e superficial, sujeita a redefinições periódicas para atender às necessidades da casta dominante nos Estados Unidos de hoje. Os requisitos para se qualificar como branco mudaram ao longo dos séculos, enquanto a existência concreta de uma casta dominante persiste desde seus primórdios — a quem quer que coubesse a definição de branco, em qualquer momento da história, eram concedidos os direitos legais e os privilégios da casta dominante.



De modo talvez mais crítico e mais trágico, na parte de baixo da escala, a casta subordinada também se fixou desde o começo como o chão psicológico abaixo do qual nenhuma outra casta pode cair.

Assim, todos nascemos num jogo de guerra silencioso, com séculos de existência, em equipes que não escolhemos. O lado para o qual somos designados no sistema americano de classificação humana é anunciado pelo uniforme da equipe, usado por cada casta, indicando nosso suposto potencial e valor. Que alguém consiga criar ligações duradouras por sobre essas linhas divisórias inventadas é um atestado da beleza do espírito humano.

O uso de características físicas hereditárias para diferenciar capacidades internas e valores de grupo é, talvez, o meio mais engenhoso já concebido por uma cultura para gerir e manter um sistema de castas.

“Como divisão social e humana”, escreveu o cientista político Andrew Hacker sobre a utilização de traços físicos para criar categorias humanas, “ela ultrapassa todas as outras — inclusive o gênero — em intensidade e subordinação.”<sup>1</sup>

### 3. Um intocável americano

NO INVERNO DE 1959, depois de liderar o boicote aos ônibus de Montgomery após a prisão de Rosa Parks, e antes que viessem os julgamentos e as vitórias, Martin Luther King e sua esposa, Coretta, chegaram à Índia, à cidade então conhecida como Bombaim, para visitar a terra de Mohandas Gandhi, o pai do protesto pacífico. Foram cobertos de guirlandas floridas na chegada, e King disse aos repórteres: “A outros países posso ir como turista, mas à Índia venho como peregrino”.

Fazia tempo que ele sonhava em ir à Índia, e lá o casal passou um mês inteiro, a convite do primeiro-ministro Jawaharlal Nehru. King queria ver pessoalmente o local cuja luta pela libertação do domínio britânico inspirara sua luta pela justiça nos Estados Unidos. Queria ver os chamados intocáveis, a casta mais baixa no antigo sistema de castas indiano, sobre os quais lera e com os quais se solidarizava, mas que ainda tinham ficado para trás após a independência da Índia, na década anterior.

King descobriu que os indianos haviam acompanhado os julgamentos do povo negro oprimido dos Estados Unidos e sabiam do boicote aos ônibus que ele liderara. Aonde quer que fosse, as pessoas nas ruas de Bombaim e Delhi se aglomeravam em volta, pedindo-lhe autógrafos.

Uma tarde, King e a esposa viajaram até o extremo sul do país, à cidade de Trivandrum, no estado de Kerala, e visitaram uma escola de

ensino médio com estudantes de famílias que haviam sido intocáveis. O diretor o anunciou.

“Jovens”, disse ele, “quero lhes apresentar um colega intocável dos Estados Unidos da América.”

King ficou perplexo. Não esperava que aplicassem o termo a ele. Na verdade, de início ficou desconcertado. Viera de avião de outro continente, jantara com o primeiro-ministro. Não via a conexão, não via a relação que o sistema de castas indiano podia ter com ele, não via por que as pessoas da casta mais baixa da Índia tratavam a ele, um negro americano e visitante ilustre, como alguém da casta inferior como elas mesmas, como se fosse igual a elas. “Por um momento”, escreveu King, “fiquei um pouco chocado e irritado por se referirem a mim como um intocável.”

Então ele começou a pensar sobre a realidade da vida daqueles pelos quais lutava — 20 milhões de pessoas, relegadas durante séculos ao nível mais baixo nos Estados Unidos, “ainda sufocando numa asfixiante jaula de pobreza”, fechadas em guetos isolados, exiladas dentro de seu próprio país.

E disse para si mesmo: “Sim, sou um intocável, e todos os negros nos Estados Unidos da América são intocáveis”.<sup>1</sup>

Naquele momento, King entendeu que a Terra dos Livres havia imposto um sistema de castas não diferente do sistema indiano e que ele passara toda a sua vida sob esse sistema. Era isso que estava por trás das forças que ele combatia nos Estados Unidos.

O QUE MARTIN LUTHER KING RECONHECEU acerca de seu país naquele dia se iniciara muito antes que os antepassados de nossos antepassados começassem a respirar. Mais de 150 anos antes da



Revolução Americana, uma hierarquia humana se desenvolveu no disputado solo que viria a se tornar os Estados Unidos, um conceito de direito de nascença, a tentação de um expansionismo legítimo que poria em movimento a primeira democracia do mundo e, com ela, uma classificação do valor e do uso dos seres humanos.

Ela distorceria as mentes dos homens quando a ganância e o alto conceito sobre si mesmos eclipsassem a consciência a fim de tomar a terra e os corpos humanos, coisa que os conquistadores se consideravam no direito de fazer. Se desejavam converter aquela terra selvagem e civilizá-la a seu gosto, eles concluíram que era preciso conquistar, escravizar ou remover as pessoas que já estavam ali, e deslocar aquelas que consideravam seres inferiores para desbravar e trabalhar a terra, extraindo as riquezas que jaziam no solo e junto ao litoral.

Para justificar seus planos, adotaram ideias preexistentes sobre sua própria importância central, reforçadas por uma interpretação da Bíblia que atendia a seus interesses, e criaram uma hierarquia estabelecendo quem podia fazer o quê, possuir o quê, quem estava em cima, quem estava embaixo, quem estava no meio. Surgiu então uma escala de humanidade, de natureza mundial, na qual as pessoas do escalão superior descendiam da Europa em diferentes graus, estando os protestantes ingleses no grau mais alto, na medida em que suas armas e recursos acabariam por prevalecer na luta sangrenta pela América do Norte. Todos os demais vinham em escala decrescente, com base em sua proximidade com aqueles considerados superiores a todos. A classificação seguia descendo até chegar ao nível mais inferior — cativos africanos transportados para construir o Novo Mundo e servir aos vencedores durante toda a vida, uma geração após a outra, por doze gerações.

Desenvolveu-se um sistema de castas baseado na aparência das pessoas, uma classificação interiorizada, não dita, não nomeada, não reconhecida pelos cidadãos comuns que até hoje vivem segundo essa classificação, comportando-se subconscientemente de acordo com ela. Assim como as vigas, as traves e os caibros que formam a infraestrutura de uma construção não são visíveis a seus moradores, da mesma forma a casta não se vê. É sua própria invisibilidade que lhe confere poder e longevidade. E, embora possa entrar e sair da consciência, embora possa aflorar e se reafirmar em épocas de revolta e recuar em épocas de relativa calma, ela é um eixo sempre presente no funcionamento do país.

A palavra “casta” não é aplicada com muita frequência aos Estados Unidos. É mais relacionada à Índia ou à Europa feudal. Mas alguns antropólogos e estudiosos da raça nos Estados Unidos a utilizam há várias décadas. Antes dos tempos modernos, um dos primeiros americanos a adotar a ideia de casta foi o senador e abolicionista pré-Guerra Civil Charles Sumner, quando lutava contra a segregação no Norte do país. “A separação das crianças nas escolas públicas de Boston por cor ou raça”, escreveu ele, “tem a natureza de casta e, por isso, é uma violação da igualdade”. E citou um colega humanitarista: “A casta cria distinções onde Deus não criou nenhuma”.<sup>2</sup>

Não é possível entender as revoltas atuais e praticamente nenhum ponto de inflexão na história americana sem levar em conta a pirâmide humana entranhada em todos nós. O sistema de castas, bem como as tentativas de defender, sustentar ou abolir a hierarquia, está por trás da Guerra Civil e do movimento pelos direitos civis um século depois, e permeia a política dos Estados Unidos do século XXI. Assim como o DNA é o código de instruções para o desenvolvimento das células, a

casta é o sistema operacional para a interação econômica, política e social nos Estados Unidos desde sua gestação.

Em 1944, o economista social sueco Gunnar Myrdal e uma equipe que contava com os pesquisadores mais talentosos do país produziram uma obra de 2800 páginas, em dois volumes, que ainda é considerada talvez o estudo mais abrangente da raça nos Estados Unidos: *An American Dilemma*. Sua análise da raça o levou a concluir que a palavra mais precisa para descrever as operações da sociedade americana não era “raça” e sim “casta”, e que esse era talvez o único termo que tratava de maneira adequada o que parecia ser uma classificação obstinadamente fixa do valor humano. Ele chegou à conclusão de que os Estados Unidos haviam criado um sistema de castas e que o empenho em “manter a linha divisória da cor tem, para o homem branco comum, a ‘função’ de sustentar aquele mesmo sistema de castas, de manter o ‘preto em seu lugar’”.<sup>3</sup>

O antropólogo Ashley Montagu foi um dos primeiros a afirmar que a raça é uma invenção humana, uma construção social e não biológica, e que, ao tentar entender as divisões e disparidades nos Estados Unidos, costumamos cair na mitologia e na areia movediça da raça. “Quando falamos do problema da raça nos Estados Unidos”, escreveu ele em 1942, “na verdade nos referimos ao sistema de castas e aos problemas que esse sistema cria no país.”<sup>4</sup>

ALGUNS DOS PRINCIPAIS SUPREMACISTAS BRANCOS do século passado não tinham muitas dúvidas sobre as ligações entre o sistema de castas da Índia e o do Sul dos Estados Unidos, onde se implantou o sistema de castas legalizado mais puro do país. “Um registro dos desesperados esforços das classes superiores conquistadoras na Índia para preservar a



pureza de seu sangue persiste até hoje em seu sistema de castas meticulosamente regulamentado”, escreveu o popular eugenista Madison Grant em seu best-seller de 1916, *A passagem da grande raça*. “Nos estados do Sul dos Estados Unidos, os meios de transporte segregados e as discriminações sociais segregacionistas têm exatamente o mesmo objetivo.”<sup>5</sup>

Um sistema de castas é capaz de se infiltrar em todos os habitantes. Seus códigos são absorvidos como água, estabelecendo as expectativas da posição em que cada indivíduo se encaixa na escala. “O operário fabril que não tem ninguém que possa ‘olhar de cima’ se considera eminentemente superior ao preto”, observou Liston Pope, catedrático de Yale, em 1942. “O homem preto representa seu último recurso contra a anulação social.”<sup>6</sup>

Foi em 1913 que um importante pedagogo sulista, Thomas Pearce Bailey, se incumbiu de montar o que chamou de credo racial do Sul. Ele resultou nos postulados centrais do sistema de castas. Um desses postulados dizia: “Que o branco na mais baixa posição valha mais do que o negro na mais alta posição”.<sup>7</sup>

Naquele mesmo ano, chegou a Nova York, vindo de Bombaim, um homem nascido na base inferior do sistema de castas da Índia, um intocável originário das províncias centrais. Naquele outono, Bhimrao Ambedkar chegou aos Estados Unidos para fazer pós-graduação em economia na Universidade Columbia, com foco nas diferenças entre raça, casta e classe. Morando a poucas quadras do Harlem, ele pôde ver de perto a condição de seus correlatos nos Estados Unidos, e concluiu sua tese em 1915, precisamente quando estreava em Nova York o filme *O nascimento de uma nação*, homenagem incendiária ao Sul Confederado. Ambedkar continuou seus estudos em Londres e voltou à Índia,

tornando-se o líder mais destacado dos intocáveis e um importante intelectual que ajudaria a redigir uma nova Constituição indiana. Ele se empenhou em acabar com o termo depreciativo “*intocáveis*” e rejeitou o termo “*harijans*”, usado por Gandhi, por soar condescendente demais. Ele se referia a seu povo como “*dalits*”, ou “povo alquebrado” — coisa que, devido ao sistema de castas, realmente eram.

É difícil avaliar o efeito do contato de Ambedkar com a ordem social nos Estados Unidos sobre sua própria pessoa. Mas, ao longo dos anos, ele prestou grande atenção, como muitos outros dalits, à casta subordinada nos Estados Unidos. Os indianos conheciam desde longa data as provações dos africanos escravizados e de seus descendentes nos Estados Unidos de antes da Guerra Civil. Já nos anos 1870, após o fim da escravidão e durante o breve período do avanço negro conhecido como Reconstrução, um reformador social indiano chamado Jotiba Phule encontrou inspiração nos abolicionistas e manifestou sua esperança “de que meus conterrâneos possam tomar o nobre exemplo deles como guia”.<sup>8</sup>

Muitas décadas depois, no verão de 1946, ao saber que os americanos negros estavam fazendo uma petição às Nações Unidas para ter proteção como minoria, Ambedkar entrou em contato com o intelectual afro-americano mais conhecido da época, W. E. B. Du Bois. Ele lhe disse que fora um “estudioso do problema negro” do outro lado do oceano e reconhecia seus destinos em comum.

“Há tantas similaridades entre a posição dos intocáveis na Índia e a posição dos negros nos Estados Unidos”, escreveu a Du Bois, “que o estudo desta última é não só natural, mas também necessário.”<sup>9</sup>

Du Bois respondeu a Ambedkar dizendo que conhecia seu trabalho e manifestou “toda a solidariedade pelos intocáveis da Índia”.<sup>10</sup> Foi Du



Bois quem pareceu ter falado pelos marginalizados nos dois países, ao identificar a dupla consciência de sua existência. E foi Du Bois quem, décadas antes, invocara um conceito indiano ao expressar o triste lamento de seu povo nos Estados Unidos: “Por que Deus me fez um pária e um estrangeiro em minha própria casa?”.<sup>11</sup>

INICIEI ESTE LIVRO com a mesma vontade de atravessar os oceanos e entender melhor como tudo isso se iniciou nos Estados Unidos: a atribuição de significado a características físicas inalteráveis, a pirâmide transmitida ao longo dos séculos que define e orienta a política, as linhas de ação do poder e as interações pessoais. Quais são as origens e os mecanismos da hierarquia que invade o cotidiano e as oportunidades de vida de todos os americanos? Que invadiu minha própria vida com impressionante regularidade e consequências perturbadoras?

Comecei examinando o sistema de castas americano depois de quase duas décadas estudando a história do Sul segregacionista, o sistema de castas legalizado que nasceu da escravidão e perdurou até o começo dos anos 1970, quando já eram nascidos muitos americanos de hoje. Quando trabalhava em *The Warmth of Other Suns*, descobri que estava escrevendo não sobre a geografia e a migração, mas sim sobre o sistema de castas americano, uma hierarquia artificial em que praticamente tudo o que se podia e não se podia fazer tinha como base a aparência da pessoa e se manifestava no Norte e no Sul do país. Eu estava escrevendo sobre um povo estigmatizado, 6 milhões de pessoas que procuravam se libertar do sistema de castas no Sul apenas para descobrir que a hierarquia as acompanhava aonde quer que fossem — da mesma forma como a sombra da casta segue os indianos em sua diáspora mundial, como vim a descobrir mais tarde.

Neste livro, eu queria entender as origens e a evolução do processo de classificar e elevar um grupo humano acima de outro, e as consequências disso para os presumidos beneficiários e aqueles apontados como inferiores. Estando eu mesma presente no mundo como uma experiência viva de casta, queria entender as hierarquias que eu e milhões de outras pessoas temos de percorrer para perseguir nosso trabalho e nossos sonhos.

Isso significava, entre outras coisas, investigar o sistema de castas mais conhecido do mundo, o da Índia, e examinar os paralelos, as sobreposições e os contrastes entre ele e o sistema vigente em meu país. Também procurei compreender o mal molecular e concentrado que produziu o sistema de castas imposto na Alemanha nazista, e descobri ligações surpreendentes e desconcertantes entre os Estados Unidos e a Alemanha nas décadas que levaram ao Terceiro Reich. Ao pesquisar a história dessas três hierarquias e consultar uma infinidade de estudos sobre casta em diversas áreas de conhecimento, comecei a compilar os paralelos de maneira mais sistemática e identifiquei as características essenciais comuns a essas hierarquias, que denomino como os oito pilares da casta, traços que estão presentes em todas elas.

Muitos estudiosos têm dedicado enorme energia a investigar o sistema de castas do segregacionismo americano, sob cuja sombra os Estados Unidos ainda se debatem, enquanto outros estudam com fervor o sistema de castas milenar da Índia. Eles tendem a estudá-los em separado, especializando-se num ou noutro sistema. Poucos colocaram ambos lado a lado, e os que assim procederam muitas vezes enfrentaram resistência. Perseverando nesta que passou a ser minha missão, procurei escavar as raízes principais da hierarquia e as distorções e injustiças geradas por ela. Além dos Estados Unidos, minhas pesquisas me levaram

a Londres, Berlim, Delhi e Edimburgo, seguindo os fios históricos da desigualdade da classificação humana herdada. Para documentar esse fenômeno mais a fundo, optei por descrever cenas de casta ao longo do livro — algumas relutantemente extraídas de minhas próprias experiências, outras que me foram narradas por pessoas que as viveram ou tiveram conhecimento íntimo delas.

Este livro procura avaliar os efeitos sobre todos que estão presos na hierarquia, mas dedica especial atenção aos polos do sistema de castas americano: os que estão no topo, os euro-americanos, que foram seus principais beneficiários, e os que estão na base, os afro-americanos, contra os quais o sistema de castas direcionou todo o seu poder de desumanização.

O SISTEMA DE CASTAS AMERICANO COMEÇOU a se formar após a chegada dos primeiros africanos à Virgínia, no verão de 1619, quando a colônia procurou refinar as distinções entre os que podiam ou não ser escravizados em caráter permanente. Com o tempo, as leis coloniais concederam aos trabalhadores em servidão por contrato privilégios maiores do que aos africanos com quem trabalhavam, e os europeus se fundiram numa nova identidade, sendo classificados como brancos, no polo oposto dos negros. O historiador Kenneth M. Stamp chamou essa atribuição de raça de “sistema de castas, que estabelecia uma divisão entre os dotados de uma aparência que lhes permitia invocar uma linhagem caucasiana pura e aqueles cuja aparência indicava que alguns ou todos os seus antepassados eram negros”. Os integrantes da casta caucasiana, como ele a denominava, “acreditavam na ‘supremacia branca’ e mantinham um alto grau de solidariedade de casta para assegurá-la”.<sup>12</sup>



Assim, ao longo do livro, haverá muitas referências ao Sul dos Estados Unidos, local de nascimento desse sistema de castas. Foi no Sul que a maioria da casta subordinada teve de viver durante a maior parte da história do país, e por isso é onde o sistema de castas foi formalizado e implantado de forma mais brutal. Foi lá que os postulados das relações intercastas se estabeleceram inicialmente, antes de se difundirem pelo resto do país, levando o escritor Alexis de Tocqueville a observar em 1831: “O preconceito de raça me parece mais forte nos estados que aboliram a escravidão do que nos estados em que ela ainda existe, e em lugar algum ele se mostra tão intolerante quanto nos estados que nunca conheceram a servidão”.<sup>13</sup>

Para recalibrar a maneira como nos enxergamos, uso uma linguagem normalmente associada a pessoas de outras culturas, a fim de propor uma nova forma de entendermos nossa hierarquia. *Casta dominante, maioria dominante, casta favorecida* ou *casta superior* em lugar de (ou em acréscimo a) *branco*. *Castas médias* em lugar de (ou em acréscimo a) *asiático* ou *latino*. *Casta subordinada, casta inferior, casta mais baixa, casta desfavorecida, historicamente estigmatizada* em lugar de (ou em acréscimo a) *afro-americano*. *Povos aborígenes, conquistados* ou *indígenas* em lugar de (ou em acréscimo a) *nativo americano*. *Pessoas marginalizadas* em acréscimo a (ou em lugar de) *mulheres de qualquer raça* ou *minorias de qualquer espécie*.

Parte dessa terminologia pode acabar soando como uma língua estrangeira. Em certo sentido, é e pretende mesmo ser. Pois, para realmente entender os Estados Unidos, precisamos abrir os olhos para o funcionamento oculto de um sistema de castas que não chega a ser nomeado, mas prevalece entre nós para nosso prejuízo coletivo. Só assim poderemos ver que temos mais coisas em comum uns com os

outros e com culturas que de outra forma poderíamos desconsiderar, e reunir a coragem para pensar que talvez aí residam as respostas.

Ao me lançar a este trabalho, devorei livros sobre as castas na Índia e nos Estados Unidos. Qualquer coisa que trouxesse a palavra “*casta*” atiçava meus neurônios. Descobri espíritos afins no passado — sociólogos, antropólogos, etnógrafos, escritores — cujos trabalhos me transportaram pelo tempo e pelas gerações. Muitos tinham trabalhado contra a corrente, e senti que não caminhava sozinha, mas dava prosseguimento a uma tradição.

Durante o trabalho de pesquisa, a notícia de minhas investigações chegou a alguns estudiosos indianos da casta estabelecidos nos Estados Unidos. Eles me convidaram para falar na abertura de uma conferência sobre casta e raça na Universidade de Massachusetts em Amherst, a cidade onde W. E. B. Du Bois nasceu e onde estão seus arquivos.

Lá, falei ao público que tinha escrito um livro de seiscentas páginas sobre a “era Jim Crow” no Sul dos Estados Unidos, a era da legislação segregacionista, a época da supremacia branca explícita, mas que a palavra “*racismo*” não aparecia em lugar algum da narrativa. Falei que, depois de passar quinze anos estudando o tema e ouvindo os depoimentos dos sobreviventes da época, percebi que o termo era insuficiente. Casta era a denominação mais precisa, e expus as razões. O público ficou surpreso e animado. Os pratos de comida indiana que eram gentilmente postos à minha frente, na recepção após o evento, esfriaram devido à quantidade de perguntas e trocas de experiências que seguiram noite adentro.

Numa cerimônia de encerramento da qual eu não fora informada previamente, os anfitriões me presentearam com um busto cor de bronze do santo padroeiro da casta inferior indiana, Bhimrao Ambedkar,

o líder dalit que, décadas antes, trocara correspondência com Du Bois. Foi como uma iniciação numa casta à qual, de certa forma, eu sempre pertencera. Ouvi sobre inúmeros episódios que eles tinham vivido, e neles reconheci experiências pessoais, chegando a antecipar, por exemplo, algum desdobramento ou desfecho específico. Para o espanto deles, comecei a me sentir capaz de dizer quem entre os indianos ali presentes era de nascimento elevado e quem era de nascimento baixo — não a partir da aparência, como se faria no sistema americano, mas com base na reação humana universal à hierarquia: no caso de uma pessoa de casta superior, uma indisfarçável segurança na postura física, na atitude, no comportamento, uma visível expectativa de ser tratada como alguém importante.

Após uma palestra, fui até uma participante cuja casta eu havia adivinhado observando suas interações. Notei que ela adotara, por reflexo, uma atitude de controle sobre a oradora dalit e se punha a explicar o que esta tinha acabado de dizer, assumindo uma posição de autoridade como que por instinto, talvez sem nem se dar conta.

Conversamos um pouco, e então comentei: “Acho que você é da casta superior, não é?”. Ela fez uma expressão desapontada e respondeu: “Como você sabe? Eu me esforço tanto...”. Conversamos mais, por cerca de uma hora, e pude ver todo o seu empenho em controlar os sinais inconscientes de superioridade codificada, a presença de espírito necessária para se contrapor à programação da casta. Pude perceber como isso era difícil mesmo para uma pessoa engajada em eliminar a divisória das castas, casada, como vim a saber depois, com um homem da casta subordinada e profundamente imbuída de ideais igualitários.

No meu retorno para casa, logo me vi de volta a meu mundo quando o segurança do aeroporto apontou minha mala para ser revistada. Por



acaso, ele era um afro-americano na casa dos vinte e poucos anos. Ele vestiu as luvas de látex para começar a inspeção. Revistou minha maleta, pegou uma caixinha, desembrulhou e pôs na palma da mão o busto de Ambedkar que eu havia ganhado de presente.

“Foi isso que apareceu no raio X”, disse ele.

Pesava o mesmo que um peso de papel. O rapaz virou o busto de ponta-cabeça e o examinou por todos os lados, demorando o olhar na base. Parecia preocupado que houvesse alguma coisa ali dentro.

“Vou ter de fazer uma varredura”, avisou.

Depois de um tempo ele voltou, disse que estava tudo em ordem e que eu podia seguir viagem. Mas continuou fitando o rosto de óculos, a testa saliente e a expressão firme do busto, parecendo se perguntar por que eu andava com um objeto que parecia um totem de outra cultura.

“Então, quem é ele?”, perguntou o rapaz.

O nome Ambedkar provavelmente não significaria muita coisa; eu mesma só soubera da existência dele no ano anterior, e não havia tempo para explicar o sistema paralelo de castas. Então soltei o que me parecia capaz de fazer mais sentido:

“Ah, este é o Martin Luther King da Índia.”

“Bacana”, disse ele, agora satisfeito e parecendo sentir um certo orgulho.

Então embrulhou Ambedkar de volta como se fosse o próprio King e o recolocou cuidadosamente dentro da maleta.

## Um programa invisível

*Na imaginação de duas cineastas da segunda metade do século XX, uma força invisível de inteligência artificial assumiu o domínio sobre a espécie humana, conseguindo controlar os seres humanos numa realidade alternativa em que tudo o que as pessoas veem, sentem, ouvem, provam, cheiram e tocam é, na verdade, um programa. Há programas dentro de programas, e os seres humanos não só passaram a ser programados mas correm o risco de se tornar nada mais do que programas — na verdade, já estão bem perto disso. O que é realidade e o que é programa se fundem numa coisa só. O programa interligado se faz passar pela vida.*

*O grande tema da série de filmes Matrix diz respeito aos seres humanos que se dão conta disso e procuram uma saída da armadilha em que estão presos.<sup>1</sup> Os que aceitam ser programados levam uma vida apenas de superfície, amortecida, escravizada a uma aparência de realidade. São cativos e aparentemente não oferecem riscos, pois não têm consciência do cativeiro. A aceitação irrefletida, a cegueira à própria prisão são, talvez, a maneira mais eficiente de manter os seres humanos cativos. As pessoas que não sabem que são prisioneiras não resistirão à servidão.*

*Mas os que despertam para sua condição de cativos ameaçam o funcionamento da Matrix. Qualquer tentativa de escapar à prisão corre o risco de ser descoberta, assinala um rompimento da ordem, expõe o artifício de irreabilidade que foi imposto aos seres humanos. A Matrix, o programa central*

*invisível, alimentado pelo instinto de sobrevivência de um coletivo automatizado, não reage bem a ameaças contra sua existência.*

*Num momento decisivo, um homem que apenas há pouco se deu conta do programa em que ele e sua espécie estão presos consulta uma mulher sábia, chamada Oráculo, que talvez possa lhe dar uma orientação. Inseguro, preocupado, ele se senta ao lado dela no banco de um parque que pode ou não ser real. Ela fala em código e por metáforas. Um bando de pássaros pousa na calçada à frente deles.*

*“Veja esses pássaros”, diz o Oráculo. “Em algum momento, foi escrito um programa para comandá-los.”*

*Ela ergue os olhos e fita o horizonte.*

*“Foi escrito um programa para controlar as árvores e o vento, a aurora e o crepúsculo. Há programas rodando por toda parte.”*

*Alguns desses programas passam despercebidos, de tão sintonizados com sua tarefa, de tão profundamente inseridos no zunido constante da existência.*

*“Os que cumprem sua tarefa”, diz a mulher, “aquilo a que se destinam, são invisíveis. Você nem percebe que estão ali.”*

*Assim também acontece com o sistema de castas, enquanto faz seu trabalho em silêncio, os fios do mestre titereiro invisíveis àqueles cujo subconsciente é comandado por esses fios, suas instruções entrando como um gotejamento intravenoso na mente, a casta disfarçada de normalidade, a injustiça parecendo justa, as atrocidades parecendo inevitáveis para manter a máquina funcionando, a matriz da casta como um fac-símile da própria vida cujo objetivo é manter o primado dos que acumulam e se aferram ao poder.*



## PARTE II

# A construção arbitrária das divisões humanas

## 4. Uma peça há muito tempo em cartaz e o surgimento da casta nos Estados Unidos

DIA APÓS DIA, ergue-se a cortina num palco de proporções colossais, para uma peça que é encenada há séculos. Os atores usam os trajes de seus antecessores e interpretam os papéis outrora atribuídos a eles. As pessoas nesses papéis não são os personagens que interpretam, mas interpretam esses papéis há tanto tempo que acabaram por incorporá-los a seu próprio ser, por fundi-los com a sua própria identidade e com a imagem que apresentam ao mundo.

Os trajes foram entregues no momento em que os atores nasceram e jamais podem ser retirados. Eles indicam a todos do elenco o papel que cada personagem deve interpretar e o lugar de cada um no palco.

Com a repetição das apresentações, o elenco se acostumou com a distribuição: quem interpreta qual papel. Há gerações todos sabem quem ocupa o centro do palco. Todos sabem quem é o herói, quais são os coadjuvantes, quem é o personagem secundário que desperta risadas, quem fica na sombra, o coro indiferenciado sem nenhuma fala e nenhuma voz, mas indispensável para o êxito da peça.

Os papéis estão tão incorporados à identidade dos atores que ninguém espera que o ator ou a atriz principal saiba os nomes ou sequer note os que estão atrás, e nem haveria necessidade disso. Basta permanecer por tempo suficiente no papel e todos começam a crer que

os papéis são predeterminados, que cada integrante do elenco é, por talento e temperamento, o mais talhado para o papel designado, e talvez apenas para esse papel, que seu lugar é ali e lhe cabia ser escalado para ele, como de costume.

Os integrantes do elenco ficam associados a seus personagens, em papéis fixos, encerrados em pressupostos que os enaltecem ou desfavorecem. Transformam-se em seus personagens. Como ator, você deve se movimentar da maneira como é orientado a se movimentar, a falar como se espera que seu personagem fale. Você não é você. Você não deve ser você. Atenha-se ao roteiro e ao papel para o qual foi escalado, e terá sua recompensa. Afaste-se do roteiro, e enfrentará as consequências. Afaste-se do roteiro, e outros integrantes do elenco virão lhe apontar onde você saiu do roteiro. Faça isso repetidas vezes, ou num momento crítico, e poderá ser despedido, rebaixado, excluído, e seu personagem será convenientemente eliminado do enredo.

A pirâmide social conhecida como sistema de castas [*caste*] não é igual ao elenco [*cast*] de uma peça, mas a semelhança entre as duas palavras sugere um entrecruzamento interessante. Quando somos escalados para um papel, não somos nós mesmos. Não devemos ser nós mesmos. Estamos atuando conforme nosso lugar dentro da peça, e não necessariamente como somos em nosso íntimo. Somos todos atores num palco construído muito antes que nossos antepassados chegassem a essa terra. Somos o elenco mais recente de um drama longo que estreou nesse solo no começo do século XVII.

Foi no final de agosto de 1619, um ano antes que os peregrinos chegassem a Plymouth Rock, que um navio de guerra holandês ancorou na foz do rio James, em Point Comfort, nas terras agrestes do que hoje é conhecido como a Virgínia. Só sabemos disso por causa de uma frase



fortuita numa carta escrita pelo colono John Rolfe. É a referência remanescente mais antiga a africanos nas colônias inglesas da América, pessoas com aparência diferente da dos colonizadores e que acabariam sendo designadas por lei para o escalão inferior de um incipiente sistema de castas. Rolfe se refere a elas como mercadorias, e não necessariamente a mercadoria que os colonos ingleses estavam esperando. O navio “não trouxe nada além de vinte e poucos pretos”, escreveu ele, “que o governador e mercador chefe trocou por vitualhas”.

Esses africanos tinham sido capturados de um navio negreiro com destino às colônias espanholas, mas foram vendidos aos britânicos, mais ao norte. Não há acordo entre os historiadores sobre a condição deles, se eram destinados a um contrato de servidão por tempo determinado ou se foram imediatamente relegados à condição de escravidão permanente, que recairia sobre quase todas as pessoas semelhantes a eles que chegassem àquelas costas ou ali nascessem pelos 250 anos seguintes.

Os poucos registros restantes da época da chegada desses africanos mostram que eles “ocuparam desde o início uma posição singularmente degradada aos olhos dos virginianos brancos”, escreveu o historiador Alden T. Vaughan. Se ainda não estavam formalmente destinados à escravidão permanente, “os virginianos negros estavam pelo menos bem próximos de tal condição”.<sup>1</sup>

Nas décadas seguintes, as leis coloniais colocaram os trabalhadores europeus e os trabalhadores africanos em filas separadas e desiguais, pondo em movimento o sistema de castas que se tornaria a pedra basilar do sistema social, político e econômico dos Estados Unidos. Esse sistema de castas desencadearia a guerra mais sangrenta em solo americano,

levaria à matança ritual de milhares de pessoas da casta subordinada em linchamentos e se tornaria a fonte de desigualdades que obscurecem e desestabilizam o país até hoje.

Em 1630, com as primeiras tentativas rudimentares de se fazer um censo colonial na Virgínia, começou a se formar uma hierarquia. Poucos africanos foram considerados merecedores de constar do censo pelo nome, tal como se daria nas gerações subsequentes, à diferença da maioria dos habitantes europeus, em regime de servidão ou não. A idade e a data de chegada dos africanos não eram registradas, como acontecia com os europeus, informação vital para estabelecer os termos e o prazo do contrato de servidão para os que vinham da Europa — ou para os africanos, se estivessem na mesma categoria, se fossem vistos como iguais, ou se fosse considerado necessário ter uma contagem precisa deles.

Assim, antes que houvesse os Estados Unidos da América, houve o sistema de castas, nascido na Virgínia colonial. De início, o que definia a posição das pessoas na colônia não era a raça como a conhecemos, mas a religião. O cristianismo, como representante dos europeus, costumava isentar os trabalhadores vindos da Europa da escravidão permanente. Foi essa distinção inicial que primeiro condenou os povos indígenas e depois os africanos — em sua maioria não cristãos, ao chegar — ao escalão mais baixo de uma hierarquia incipiente, antes que o conceito de raça tivesse se cristalizado para justificar a degradação total que se seguiria.

A criação de um sistema de castas foi um processo de testagem dos limites das categorias humanas, e não o resultado de um decreto isolado. Foi um aguçamento das linhas divisórias levado a cabo ao longo de décadas, sempre que os colonizadores tinham que tomar alguma

decisão. Quando os africanos começaram a se converter ao cristianismo, criou-se um problema para uma hierarquia baseada na religião. Suas tentativas de conseguir plena participação nas colônias se opunham diretamente à avidez europeia em obter a mão de obra barata e fácil de controlar para extrair o máximo de riquezas do Novo Mundo.

As qualidades dos trabalhadores africanos se tornaram sua desgraça. Os colonizadores britânicos nas Índias Ocidentais, por exemplo, viam os africanos como “uma população civilizada e relativamente dócil”, pessoas “acostumadas à disciplina” que trabalhavam bem em conjunto numa determinada tarefa. Os africanos se mostravam imunes às doenças europeias e, assim, mais viáveis do que os povos indígenas que os europeus haviam originalmente tentado escravizar.<sup>2</sup>

Um aspecto premente era que as colônias de Chesapeake estavam começando a estagnar e precisavam de mão de obra para o cultivo do tabaco. As colônias mais ao sul eram propícias ao plantio de cana-de-açúcar, arroz e algodão — culturas em que os ingleses não tinham muita experiência, mas que os africanos ou haviam cultivado em sua terra natal ou tinham grande facilidade em aprender. “Os colonizadores logo perceberam que, sem os africanos e as habilidades que eles traziam, seus empreendimentos não dariam certo”, escreveram os antropólogos Audrey e Brian Smedley.<sup>3</sup>

Aos olhos dos colonizadores europeus, e para a trágica desvantagem dos africanos, eles traziam pelo corpo inteiro uma inadvertida marca de nascença, que não deveria ser nada mais do que uma variação neutra na aparência humana, mas que os destacava dos servos ingleses e irlandeses. Os europeus podiam escapar e de fato escapavam de seus senhores, misturando-se entre a população branca geral que se consolidava como uma casta única. “As rebeliões gaélicas levaram os



ingleses a procurar substituir totalmente essa fonte de mão de obra servil por outra, a de escravos africanos”, escreveram os Smedley.<sup>4</sup>

Os colonizadores não conseguiram escravizar as populações indígenas e julgaram ter resolvido o problema de mão de obra com a importação de africanos. Vendo pouca utilidade nos habitantes autóctones, começaram a exilá-los de suas terras ancestrais e do incipiente sistema de castas. Com isso, os africanos ficaram solidamente presos na base inferior, e na segunda metade do século XVII já não eram apenas escravos; eram cativos submetidos a torturas indizíveis que seus captores documentavam sem remorsos. E não havia ninguém no planeta disposto a pagar resgate por eles.

Se os americanos tanto abominam falar sobre a escravidão, em parte é porque o pouco que sabemos sobre ela contraria nossa ideia de que os Estados Unidos são uma nação justa e esclarecida, um farol da democracia para o mundo. A escravidão costuma ser sumariamente descartada como um “capítulo triste, sombrio” na história do país. Quanto maior a distância que pudermos criar entre nós e ela, mais fácil se torna evitar a culpa e a vergonha que ela desperta.

Mas assim como o indivíduo não pode seguir em frente e se sentir em sã unidade consigo mesmo a menos que examine os episódios de violência doméstica que viveu na infância, ou o alcoolismo presente em sua família, da mesma forma o país não terá unidade enquanto não enfrentar algo que não se resume a um mero capítulo de sua história, mas que é a base de sua ordem econômica e social. Durante um quarto de milênio, a escravidão *foi* o país.

A escravidão fazia parte do cotidiano, um espetáculo que funcionários públicos e visitantes europeus percorrendo as províncias escravistas não podiam deixar de comentar com curiosidade e repugnância.

Num discurso à Câmara dos Representantes no século XIX, um congressista de Ohio lamentou que, “na bela avenida em frente ao Capitólio, membros do Congresso, durante essa sessão, foram obrigados a se desviar do caminho para permitir a passagem de uma caravana de escravos, *homens e mulheres acorrentados uns aos outros pelo pescoço*, a caminho desse *mercado nacional de escravos*”.<sup>5</sup>

O secretário da Marinha americana manifestou horror à vista de mulheres e homens descalços, acorrentados sob o peso de cangas de boi, debaixo de um sol escaldante, condenados a marchar até um estado mais ao sul, seguidos por “um branco montado a cavalo, com pistolas no cinto, que, enquanto passávamos por ele, teve a impudência de nos encarar sem enrubescer”.

O oficial da Marinha James K. Paulding afirmou:

Quando eles [os proprietários de escravos] permitem ultrajes tão flagrantes e indecentes contra a humanidade como os que descrevi; quando sancionam uma vilania, fazendo mulheres e homens *seminus* — sob o peso de correntes, sem terem sido acusados de nenhum crime senão o de serem *negros* — andarem de uma parte a outra dos Estados Unidos por centenas de quilômetros em pleno sol, eles desgraçam a si mesmos e ao país a que pertencem.<sup>6</sup>

A ESCRAVIDÃO NOS ESTADOS UNIDOS não foi apenas uma desventura que ocorreu com os negros. Foi uma inovação americana, uma instituição criada pelas e para as elites da casta dominante e mantida por membros mais pobres da casta dominante que vinculavam seu destino mais ao sistema de castas do que à própria consciência. Todos os integrantes da casta dominante eram senhores, pois a lei e os costumes ditavam que “é exigida a submissão do escravo, não só à vontade do

dono, mas à vontade de todos os brancos”.<sup>7</sup> Não se tratava apenas de um fio esgarçado em “uma roupa de resto perfeita”, como escreveu o sociólogo Stephen Steinberg. “Seria mais correto dizer que a escravidão fornecia o tecido com que a roupa era feita.”<sup>8</sup>

A escravidão americana, que se estendeu de 1619 a 1865, não foi como a escravidão da Grécia antiga nem como a escravidão sexual ilícita dos dias de hoje. A abominável escravidão dos dias atuais é absolutamente ilegal, e qualquer vítima que consiga fugir encontra um mundo que reconhece sua liberdade e que trabalhará para punir o escravizador. A escravidão americana, em contraste, era legalizada e sancionada pelo Estado e por uma rede de agentes. Qualquer vítima que conseguisse escapar encontrava um mundo que não só não reconhecia sua liberdade, mas a devolvia a seus captores, que a castigavam com horrores indizíveis. Na escravidão americana, a punição recaía não sobre os escravizadores, mas sobre as vítimas, sujeitas a qualquer atrocidade que seus donos concebessem para servir como lição para os demais.

O que os colonizadores criaram foi “uma forma extrema de escravidão que não existira em parte alguma do mundo”, escreveu a historiadora do direito Ariela J. Gross. “Pela primeira vez na história, uma categoria da humanidade foi excluída da ‘raça humana’ e colocada num subgrupo separado que permaneceria escravizado perpetuamente por gerações.”<sup>9</sup>

A instituição da escravidão foi, durante um quarto de milênio, a conversão de seres humanos em moeda corrente, em máquinas que existiam exclusivamente para o lucro de seus proprietários, destinadas a operar pelo tempo que estes quisessem, sem nenhum direito ao próprio corpo ou a seus entes queridos. Os escravos podiam ser dados em garantia, usados para fins de reprodução, obtidos em apostas, dados



como presente de casamento, legados a herdeiros, separados do cônjuge ou dos filhos e entregues para cobrir uma dívida do proprietário, usados para criar despeito num rival ou para firmar um acordo patrimonial. Eram sistematicamente açoitados, estuprados e marcados a ferro, submetidos a qualquer capricho ou destempero daqueles a quem pertenciam. Alguns eram castrados ou sofriam torturas pavorosas demais para serem descritas nestas páginas, torturas que as Convenções de Genebra teriam banido como crimes de guerra se tivessem sido aplicadas a pessoas de ascendência africana em solo americano.

Antes que houvesse os Estados Unidos da América, houve a escravização. Foi uma morte em vida transmitida por doze gerações.

“O escravo está condenado a labutar para que outros possam colher os frutos”: foi assim que o autor de uma carta, identificando-se como juiz Ruffin, expôs o que viu no Sul Profundo.<sup>10</sup>

“O escravo está totalmente submetido à vontade de seu senhor”, declarou William Goodell, pastor que escreveu uma crônica sobre a instituição da escravidão nos anos 1830. “O que [o senhor] decide lhe infligir, ele deve suportar. Não pode jamais erguer a mão para se defender. Não pode pronunciar nenhuma palavra de protesto. Não tem direito a nenhuma proteção ou reparação”, menos ainda que os animais no campo. Os escravos eram vistos como “incapazes de ser feridos”, escreveu Goodell. “Podem ser punidos à vontade por seu senhor ou mesmo condenados à morte por ordem dele.”<sup>11</sup>

Para se ter uma ideia do nível de exploração, observe-se que a Carolina do Sul, assim como outros estados escravocratas, finalmente decidiu, em 1740, limitar a jornada de trabalho dos afro-americanos escravizados a quinze horas diárias nos meses de março a setembro e a catorze horas diárias nos meses de setembro a março, o dobro da

jornada regular de seres humanos que eram pagos para trabalhar. Naquela mesma época, o serviço forçado dos prisioneiros condenados por crimes era limitado a um máximo de dez horas diárias. Que ninguém diga que os afro-americanos, como grupo, não trabalharam pelo nosso país.<sup>12</sup>

Para o esforço incessante das horas despertadas, muitos subsistiam com cerca de 7,5 quilos semanais de milho, que precisavam triturar à mão, à noite, após a faina no campo. Alguns donos chegavam até a lhes negar isso, como forma de castigá-los, e o consumo de carne lhes era permitido apenas uma vez por ano. “Mal lhes permitiam catar as migalhas que caíam da mesa de seus donos”, escreveu George Whitefield.<sup>13</sup> O roubo de alimento era “crime, punido com chicotadas”.

“Seus escravos, creio eu, trabalham tanto, se não mais, quanto os cavalos que vocês montam”, escreveu Whitefield numa carta aberta às colônias de Chesapeake em 1739. “Estes, depois de terminar o trabalho, são alimentados e devidamente tratados.”<sup>14</sup>

Os escravizadores oprimiam seus cativos para extrair o maior lucro possível, açoitando os que se mostravam incapazes de alcançar metas impossíveis e açoitando ainda mais os que se mostravam capazes de cumpri-las, buscando extrair mais de seus corpos exaustos.

“O açoitamento foi uma forma inicial de violência que levou a níveis estranhamente criativos de sadismo”, escreveu o historiador Edward Baptist. Os escravizadores usavam “todos os métodos modernos de tortura”, observou ele, desde a mutilação a técnicas de afogamento simulado.<sup>15</sup>

Com a escravidão, os escravizadores passaram a estar entre as pessoas mais ricas do mundo, tendo “condições de converter uma pessoa em dinheiro no prazo mais curto possível”. Contudo, desde a época da

escravidão, os sulistas minimizavam os horrores que infligiam e aos quais tinham se acostumado. “Ninguém”, escreveu Baptist, “estava disposto a admitir que vivia numa economia cujo mecanismo de base era a tortura.”

A IMENSA MAIORIA DOS AFRO-AMERICANOS que aqui viveram nos primeiros 246 anos dessa terra que agora são os Estados Unidos vivia sob o terror de pessoas que detinham poder absoluto sobre seus corpos e até sobre suas vidas, sujeitos a pessoas que não sofriam nenhuma sanção por qualquer atrocidade que pudessem praticar.

“Esse fato é de grande importância para o entendimento do conflito racial”, escreveu o sociólogo Guy B. Johnson, “pois significa que os brancos, durante o longo período da escravidão, se acostumaram à ideia de ‘controlar’ a insolência e a insubordinação dos pretos pela força, com o consentimento e a aprovação da lei.”<sup>16</sup>

A escravidão, assim, distorceu o equilíbrio de poder a tal ponto que fez com que a degradação de casta se afigurasse normal e correta. “Nas casas mais refinadas, volta e meia se ouvia o som de correntes e grilhões se arrastando, o uivar dos cães de caça, o disparo de pistolas no rastro do fugitivo”, escreveu o autor sulista Wilbur J. Cash. “E, como provam de modo incontestável os anúncios da época, eram comuns a mutilação e a marca do ferro em brasa.”<sup>17</sup>

As pessoas de sociedade mais respeitadas e benevolentes supervisionavam os campos de trabalho forçado eufemisticamente chamados de plantations [latifúndios ou fazendas de monocultura], onde se concentravam centenas de prisioneiros desprotegidos cujo único crime era terem nascido com pele escura. Mães e pais bondosos e



amorosos, pilares de suas comunidades, infligiam pessoalmente torturas horrendas a seus semelhantes.

“Não existe praticamente linguagem alguma”, escreveu James Baldwin, “para os horrores da vida do negro americano.”<sup>18</sup>

Foi isso que os Estados Unidos foram durante a maior parte de sua existência. Para se ter uma medida do longo tempo da escravidão no país, basta observar que 2022 marcará o primeiro ano em que a idade do país, como nação independente, empatará com o tempo de duração da escravidão em seu solo. Nenhum adulto dos dias de hoje viverá para ver o ano em que os afro-americanos, como grupo, estarão libertos pelo mesmo tempo durante o qual estiveram escravizados. Isso só acontecerá em 2111.<sup>19</sup>

FOI PRECISO HAVER UMA GUERRA CIVIL, a morte de 750 mil soldados e civis,<sup>20</sup> o assassinato de um presidente, Abraham Lincoln, e a aprovação da Décima Terceira Emenda para que a instituição da escravidão nos Estados Unidos da América chegasse ao fim. Durante um breve intervalo, o período de doze anos conhecido como Reconstrução, o Norte procurou reconstruir o Sul e ajudar os 4 milhões de escravos recém-libertados. Mas em 1877, por razões de conveniência política, o governo federal recuou, deixando os integrantes da casta subordinada nas mãos das mesmas pessoas que os haviam escravizado.

Agora, ressentidos com a derrota na guerra, os integrantes da casta dominante lançavam sua hostilidade sobre a casta subordinada com novas torturas e violências, a fim de restaurar sua soberania num sistema de castas reconstituído.

A casta dominante concebeu um labirinto de leis para manter os recém-libertos ainda mais presos no escalão inferior, enquanto uma

nova pseudociência popular, chamada eugenia, se dedicava a justificar a renovada degradação. Os integrantes do escalão inferior podiam ser espancados ou mortos impunemente por qualquer transgressão do sistema de castas, como, por exemplo, não sair da calçada rápido o suficiente ou tentar votar.

Os colonizadores tomaram decisões que criaram o sistema de castas muito antes da chegada dos antepassados da maioria das pessoas que hoje se identificam como americanas. Eles controlavam todos os recursos — se, como e quando um negro comia, dormia, se reproduzia ou vivia — e criaram uma casta de pessoas que, por definição, seriam vistas como ignorantes, pois era ilegal ensiná-las a ler ou a escrever; preguiçosas, para justificar o chicote; imorais, para justificar o estupro e a reprodução forçada; e criminosas, porque transformaram a reação natural ao sequestro, aos açoitamentos e à tortura — o impulso humano de se defender ou fugir — em crime, caso a pessoa fosse negra.

Assim, cada novo imigrante — os antepassados da maioria dos americanos de hoje — ingressava numa hierarquia preexistente, de construção bipolar, surgida da escravidão, que lançava os extremos da pigmentação humana em polos opostos. Cada imigrante precisava entender onde e como se posicionar na hierarquia da nova terra. Oprimidos de todo o mundo, sobretudo da Europa, passavam por Ellis Island, abandonavam a antiga identidade e, muitas vezes, o antigo nome para serem admitidos na poderosa maioria dominante.

A certa altura da jornada, os europeus se tornaram algo que nunca tinham sido antes, nem jamais tinham precisado ser. De tchecos, húngaros ou poloneses passaram a ser brancos, designação política que só tem sentido quando é contraposta a algo não branco. Ingressaram assim numa nova invenção, uma categoria geral para qualquer pessoa

que viesse da Europa para o Novo Mundo. Segundo Ian Haney López, em seus estudos sobre direito e imigração, os alemães foram aceitos como parte da casta dominante nos anos 1840, os irlandeses entre os anos 1850 e os 1880, e os europeus meridionais e orientais no começo do século XX. Ao se tornarem americanos, se tornavam brancos.

“Na Irlanda ou na Itália”, escreveu López, “entre quaisquer identidades sociais ou raciais que essas pessoas pudessem ter tido, não se incluía a de branco.”<sup>21</sup>

Sérvios e albaneses, suecos e russos, turcos e búlgaros, povos que podiam ter guerreado entre si agora se fundiam, não por terem em comum uma cultura étnica, uma língua, uma religião ou uma origem nacional, mas exclusivamente por parecerem adequados para reforçar a casta dominante na hierarquia.

“Ninguém era branco antes de vir para os Estados Unidos”, disse James Baldwin certa vez.<sup>22</sup>

O passaporte para a casta dominante era a origem geográfica. “A experiência dos imigrantes europeus foi decisivamente moldada por seu ingresso numa arena onde a europeidade — isto é, a branquitude — estava entre os bens mais importantes que uma pessoa podia reivindicar”, escreveu Matthew Frye Jacobson, historiador de Yale. “Era sua branquitude, e não qualquer espécie de magnanimidade do Novo Mundo, que abria o Portão Dourado.”<sup>23</sup>

Para conquistar a aceitação, cada nova leva de imigrantes tinha de concordar com um pacto tácito e silencioso por meio do qual se separava e se distanciava da casta inferior estabelecida. Tornar-se branco significava se definir o mais longe possível de seu oposto — o negro. Os imigrantes podiam consolidar sua nova posição observando como a casta mais baixa era vista e imitando ou intensificando o desdém e o



desprezo por ela, aprendendo os epítetos, somando-se à violência contra ela, tornando-se, assim, dignos de ser aceitos na casta dominante.

Eles podiam ter chegado como inocentes neutros, mas, se quisessem sobreviver na nova terra, eram forçados a escolher um lado. Nos Estados Unidos, tinham de aprender a ser brancos. Assim, os imigrantes irlandeses, que ao chegar não tinham nada contra nenhum grupo e estavam eles próprios fugindo da fome e da perseguição que sofriam nas mãos dos britânicos, foram lançados contra os residentes negros ao serem recrutados para combater numa guerra sobre a escravidão, uma guerra que não fora causada por eles e não lhes trazia qualquer proveito.

Incapazes de atacar as elites brancas que os enviavam à guerra e haviam proibido o alistamento de homens negros, os imigrantes irlandeses dirigiram sua frustração e raiva contra os bodes expiatórios que, como agora sabiam, eram inferiores a eles na hierarquia americana. Assim, penduraram negros em postes e queimaram até o chão qualquer coisa associada à população negra — casas, lojas, oficinas, igrejas, até mesmo um orfanato — durante os motins do recrutamento de 1863, considerado o maior motim racial na história americana.<sup>24</sup> Um século depois, num episódio ainda vivo na memória, cerca de 4 mil imigrantes italianos e poloneses tiveram um acesso de fúria quando um veterano negro tentou se mudar com a família para o subúrbio totalmente branco de Cicero, em Illinois, em 1951. A hostilidade em relação à casta mais baixa passou a fazer parte do rito de iniciação na cidadania americana.

Assim, as pessoas que descendiam de africanos se tornaram o elemento unificador de contraste na consolidação do sistema de castas, o parâmetro com que todos os outros avaliavam favoravelmente a si mesmos. “Não foi apenas o fato de que o sucesso econômico dos vários grupos de imigrantes brancos se deu em detrimento dos não brancos”,

escreveu Jacobson, “e sim que esses grupos devem em parte sua própria branquitude, agora estabilizada e amplamente reconhecida, aos grupos não brancos.”<sup>25</sup>

A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA CRIOU uma distorção mutiladora das relações humanas, em que as pessoas de um dos lados eram obrigadas a desempenhar o papel de subserviência e sublimar qualquer talento inato ou inteligência de que podiam ser dotadas. Elas tinham de sufocar a dor pela perda de filhos ou cônjuges que ainda estavam vivos, mas de certa forma tinham morrido, pois lhes haviam sido arrancados para nunca ser vistos novamente, por obra das mesmas pessoas de que dependiam para sobreviver — e a recompensa era talvez não serem açoitadas naquele dia, ou talvez não serem afastadas de um filho ou filha remanescente.

Os membros da casta dominante, por sua vez, viviam na ilusão de uma superioridade genuína sobre todos os demais grupos humanos, dizendo a si mesmos que as pessoas que obrigavam a trabalhar por até dezoito horas por dia, sem o pagamento a que qualquer um tinha o direito, não eram de fato pessoas, mas animais, criaturas pueris, nem homens nem mulheres, e que as mostras de servilidade extraídas à base do chicote eram expressões de respeito e admiração por sua grande glória inata.

Essas relações desfiguradas eram transmitidas ao longo das gerações. As pessoas que haviam sido postas por seus antepassados no topo da hierarquia se acostumaram à deferência imerecida do grupo subjogado, e passaram a esperá-la. Diziam a si mesmas que aqueles abaixo delas não sentiam dor nem sofrimento, sendo máquinas degradadas que apenas aparentavam ser humanas e às quais se podia infligir qualquer atrocidade. As pessoas que se diziam essas coisas estavam mentindo para

si mesmas. Em certa medida, suas vidas não passavam de uma grande mentira. Ao desumanizar aqueles que consideravam como animais, elas desumanizavam a si mesmas.

Os americanos de hoje herdaram essas regras distorcidas de relacionamento, quer suas famílias tenham ou não escravizado seres humanos, ou mesmo morado nos Estados Unidos. A escravidão construiu o abismo, feito pela mão humana, entre negros e brancos, o qual obriga as castas médias de asiáticos, latinos, indígenas e novos imigrantes de ascendência africana a se moverem dentro de algo que se iniciou como uma hierarquia bipolar.

Os recém-chegados aprendem a buscar os favores da casta dominante e a se distanciar dos da casta inferior, como se todos estivessem sob o controle de um dramaturgo invisível. Aprendem a se adequar aos ditames da casta dominante caso queiram prosperar em sua nova terra, e o atalho para isso passa pela criação de um contraste entre eles e a casta degradada mais baixa, pelo uso da casta inferior como contraste histórico para crescerem numa economia árdua, em que prevalece o princípio do cada um por si.

No final dos anos 1930, enquanto a guerra e o autoritarismo fermentavam na Europa, o sistema de castas nos Estados Unidos estava em plena forma, em seu terceiro século. Seus princípios de funcionamento eram evidentes por todo o país, mas a casta vigorava sem misericórdia no regime segregacionista autoritário da ex-Confederação.

“A casta no Sul”, escreveram os antropólogos W. Lloyd Warner e Allison Davis, “é um sistema para definir arbitrariamente a posição de todos os negros e de todos os brancos em relação aos privilégios e oportunidades mais fundamentais da sociedade humana.”<sup>26</sup> Ela viria a



ser o modelo social, econômico e psicológico vigente, em maior ou menor grau, ao longo de gerações.

ALGUNS ANOS ATRÁS, uma dramaturga nascida na Nigéria foi assistir a uma palestra minha na Biblioteca Britânica, em Londres. Ela ficou intrigada ao ouvir que 6 milhões de afro-americanos precisaram buscar asilo político dentro das fronteiras de seu próprio país durante a Grande Migração, história que não conhecia. Ela veio conversar comigo após a apresentação e me disse uma coisa da qual jamais me esqueci, que me surpreendeu pela simplicidade.

“Você sabe que não existem negros na África, não é?”, perguntou.

Os americanos em geral, alimentados desde o berço com o mito de que é possível traçar linhas divisórias entre os seres humanos, ficariam perplexos diante dessa afirmativa. Ela parece absurda a nossos ouvidos. Claro que há negros na África. Há um continente inteiro de negros na África. Como não enxergar isso?

“Os africanos não são negros”, disse ela. “São ibos e iorubás, jejes, acãs, ndebeles. Não são negros. São apenas eles mesmos. São seres humanos na Terra. É assim que eles se veem e é o que são.”

O que tomamos como evangelho na cultura americana é desconhecido para eles, ela comentou.

“Eles só se tornam negros quando vão para os Estados Unidos ou vêm para o Reino Unido”, disse ela. “É aí que se tornam negros.”

Foi na formação do Novo Mundo que os europeus se tornaram brancos, os africanos negros e todos os outros amarelos, vermelhos ou pardos. Foi na formação do Novo Mundo que os seres humanos foram separados pela aparência, identificados exclusivamente pelo contraste entre si e classificados para formar um sistema de castas baseado num

novo conceito, chamado raça. Foi no processo de classificação que todos nós fomos designados para papéis que atendessem às necessidades da peça como um todo.

Não somos nós mesmos, nenhum de nós.

## 5. “A caixa que construímos para você”

O NOME DELA É MISS [SENHORITA]. Apenas Miss. É Miss por uma razão. Ela nasceu no Texas nos anos 1970, de pais que chegaram à idade adulta durante o regime segregacionista autoritário que lançou regras básicas para todo um país que as recebeu de bom grado. A grande regra geral era que a casta mais baixa devia permanecer baixa em todos os aspectos por todos os tempos, a qualquer custo. Qualquer referência a ela devia ter como objetivo reforçar sua inferioridade. Ao descrever um acidente de trem, por exemplo, os jornais noticiavam: “Morreram dois homens, duas mulheres e quatro negros”.<sup>1</sup> Os homens negros nunca deviam ser tratados por “senhor”, nem as mulheres negras por “senhora” ou “senhorita”, e sim pelo primeiro nome, ou por “tia” ou “menina”, qualquer que fosse sua idade ou estado civil.

Essas regras eram tão básicas quanto a mudança das estações, e uma disputa para a prefeitura de Birmingham, no Alabama, girou quase inteiramente em torno da violação de um protocolo sacrossanto. O chefe de polícia supremacista, Bull Connor, tinha um favorito naquela disputa eleitoral de 1961 e resolveu garantir a eleição do homem que queria que ganhasse, montando um ardil para o homem que queria que perdesse. Ele pagou um negro para apertar a mão do candidato adversário em público, enquanto um fotógrafo permanecia à espreita. O caso ocupou uma página inteira num jornal local, e o adversário perdeu



a eleição, como Bull Connor sabia que aconteceria. Para os sulistas brancos, era um “pecado capital”, era “excruciante”, escreveu o historiador Jason Sokol, “chamar um negro de ‘senhor’ ou trocar um aperto de mão com ele”.<sup>2</sup>

Um garoto que morava 150 quilômetros mais ao sul, em Selma, via gente branca, completos desconhecidos e até crianças tratarem sua mãe e sua avó pelo primeiro nome. Apesar do porte aprumado, das luvas impecáveis e das roupas finas, elas diziam “Pearlie!” para chamar sua mãe, em vez de “sra. Hale”. Harold Hale passou a odiar essa pretensão de familiaridade excessiva, de quererem pôr sua mãe e sua avó, que tinham princípios morais tão elevados, no devido lugar e, pior ainda, saber que não havia nada que ele pudesse fazer a respeito.

No começo de 1965, o dr. Martin Luther King chegou à cidade. Fazia cem anos que a Guerra Civil terminara e a casta subordinada ainda não podia votar, apesar de a Décima Quinta Emenda conceder esse direito. Harold Hale se alistou na passeata que o dr. King planejava fazer entre Selma e Montgomery.

A ponte Edmund Pettus, que eles teriam de atravessar para iniciar a marcha, ficava a algumas quadras da casa de Hale. Quando ele e os outros seiscentos manifestantes chegaram para cruzá-la a pé, uma coluna de soldados a cavalo bloqueou o caminho. Os soldados investiram contra os manifestantes. Lançaram gás, espancaram e pisotearam, “arremetendo com os cavalos, os cascos passando por cima dos caídos”, nas palavras do escritor George B. Leonard, que assistiu horrorizado às cenas em sua tevê em preto e branco. A ABC News havia interrompido *Julgamento em Nuremberg*, um filme sobre os crimes de guerra nazistas, para transmitir as cenas granuladas de Selma, um pesadelo se fundindo no outro.<sup>3</sup>

O adolescente Hale, que estava distante dos líderes na linha de frente, saiu ileso fisicamente. Mas sua preocupação, agora, era quanto tempo levaria até ocorrer uma mudança. Foi nesse momento que ele tomou uma decisão: obrigaria a classe dominante a respeitar a próxima geração de sua família. Ele decidiu que enfrentaria o sistema de castas dando à sua primeira filha, quando essa dádiva lhe viesse, o nome de Miss. Não concederia a ninguém da casta dominante outra opção a não ser chamá-la pelo tratamento que haviam negado à mãe e à avó. Quando a menina nasceu, sua esposa, Linda, concordou com a ideia.

Miss estava agora sentada diante de mim, numa noite de verão, à sua mesa de jantar com toalha de renda. A lasanha e a torta de morango já haviam sido retiradas. As crianças e o marido estavam ocupados com outras coisas e ela me contava sua vida, no Norte e no Sul, e como os sonhos de seu pai geravam atritos de casta quando ela se movimentava pelo mundo.

Havia um açucareiro de porcelana branca entre nós, sobre a mesa. Miss passou a mão por cima dele.

“Acho que os brancos me tratam bem”, disse ela, “desde que eu fique em meu lugar. Desde que eu fique dentro da ‘caixa que construímos para você’.”

Ela deu batidinhas na lateral do açucareiro, batidinhas leves e insistentes.

“Na hora em que saio da caixa”, disse ela, levantando a tampa do açucareiro, “é um problema.”

Miss ergueu a tampa contra a luz e então a colocou de volta no lugar.

Quando ela era pequena, sua família se mudou para uma cidadezinha no leste do Texas. Era a única família negra no quarteirão. Seu pai gostava de manter o jardim da frente impecável e cuidava dele nos

momentos de folga. Trocava as plantas nos canteiros de flores durante a noite, para que as pessoas, ao acordar, tivessem a surpresa de ver um jardim praticamente novo. Um dia, um branco que morava na vizinhança viu o pai de Miss aparando a grama. Depois de elogiar seu trabalho, perguntou quanto cobrava pelo serviço de jardinagem.

“AH, NÃO COBRO NADA”, respondeu Harold Hale. “Durmo com a senhora da casa.”

E sorriu para o homem, acrescentando:

“Moro aqui.”

Quando a notícia se espalhou, várias pessoas pegaram seus tacos de beisebol e derrubaram a caixa de correio na frente do jardim bem cuidado dos Hale. Então Harold Hale cimentou a nova caixa de correio na calçada. Um dia, alguém passou de carro e tentou derrubá-la outra vez pela janela do automóvel; a família, dentro de casa, ouviu um berro do lado de fora.

“A pessoa tinha machucado o braço ao golpear a caixa de correio nova”, disse Miss. “Mas ela estava cimentada no chão e o taco bateu de volta na pessoa.”

Depois disso, deixaram a caixa de correio em paz.

As escolas de ensino médio locais começaram a permitir que as duas castas estudassem juntas no início dos anos 1970, antes da chegada dos Hale. Quando Miss estava no segundo ano, ela e os amigos atraíram uma atenção inesperada por conta dos walkie-talkies que usavam para se encontrar. Isso foi antes dos celulares, e permitia que ela se comunicasse com os amigos, que se reuniam em frente ao armário dela durante os intervalos. Um dia, ela foi chamada à sala do diretor. Ele estava desconfiado daquela atividade, queria saber por que aqueles jovens se reuniam perto do seu armário. Ela lhe mostrou o aparelho.



O diretor então perguntou seu nome.

“Miss Hale”, respondeu ela.

“Qual é o seu primeiro nome?”

“É Miss.”

“Perguntei qual é o seu primeiro nome.”

“Meu nome é Miss.”

“Não tenho tempo para brincadeiras. Qual é o seu nome de verdade?”

Ela repetiu o nome que seu pai lhe dera. O diretor agora estava nervoso e mandou um assistente ir pegar seus registros. Os registros confirmaram o nome.

“Hale, Hale...”, repetia o diretor para si mesmo, tentando descobrir as origens dessa quebra de protocolo.

Nas cidadezinhas do Sul, os brancos conheciam ou imaginavam conhecer todos os negros, os quais, em sua maioria, dependiam da casta dominante de uma forma ou de outra para ter renda ou sobreviver. Ele estava tentando descobrir qual família negra havia tido o desprate de dar à filha o nome de Miss, sabendo do embaraço que isso criaria para os brancos.

“Hale... Não conheço nenhum Hale”, disse por fim. “Vocês não são daqui. De onde é seu pai?”

“Do Alabama.”

“Para quem ele trabalha?”

Ela lhe disse o nome da empresa, que ficava fora do Texas. E acrescentou que era uma das quinhentas mais ricas do país, segundo a revista *Fortune*. Os pais lhe haviam ensinado a mencionar o fato, na esperança de que isso servisse como proteção adicional.

“Eu sabia que vocês não eram daqui”, disse o diretor. “Sabe como eu sei?”

Ela balançou a cabeça, esperando ser liberada.

“Você me olhou nos olhos enquanto eu falava”, disse, citando a transgressão de casta. “Gente preta daqui sabe que isso não se faz.”

Por fim ela foi liberada; quando chegou em casa naquele dia, contou ao pai o que havia acontecido. Ele aguardara vinte anos por esse momento.

“O que ele disse? E aí, o que você disse? E então o que ele disse depois?”

O pai mal podia se conter. O plano estava dando certo.

Ele sempre lhe dizia que ela devia viver à altura do nome que recebera.

“Eles não detêm o controle sobre a humanidade”, ele lhe ensinou. “Não detêm o controle sobre a feminilidade. Não detêm o controle sobre tudo o que significa ser uma integrante feminina sadia, admirável, nobre e respeitável da espécie. Não têm controle sobre isso.”

Anos depois, Miss teve a oportunidade de conhecer a vida em outra parte do país. Na faculdade, foi convidada a passar o verão com a família de uma colega em Long Island, em Nova York. Foi bem recebida pela família, que achou divertida a história de seu nome e a desforra de sua família contra os fanáticos do Sul.

A jovem era atenciosa com a avó da família, que criou grande afeição por ela. Miss tinha maneiras graciosas e descontraídas e era respeitosa com os mais velhos, seguindo a longa tradição da vida sulista negra. Quando o verão terminou e chegou a hora de voltar para a escola, a avó, que se apegara muito a ela, ficou triste com a partida.

“Eu gostaria que você ficasse”, disse a matriarca, parecendo abatida e ainda esperando convencê-la.

Miss lembrou a ela que precisava ir embora.

“Houve um tempo”, disse a matriarca, em tom de advertência e pesar, “em que eu poderia obrigá-la a ficar.”

Ela se recompôs, a voz baixa diante de sua impotência...

CADA UM DE NÓS ESTÁ em algum tipo de caixa. O rótulo indica ao mundo o que se supõe que esteja ali dentro e o que cabe fazer com aquilo, em qual prateleira a caixa deve ficar. Num sistema de castas, em geral o rótulo não condiz com o conteúdo, a caixa é colocada por engano na prateleira errada e isso fere as pessoas e as instituições de formas que nem sempre percebemos.

Antes da Amazon e dos iPhones, eu era correspondente nacional do *New York Times* em Chicago. Tinha resolvido fazer uma matéria leve e alegre sobre a Magnificent Mile, um trecho nobre da avenida Michigan que sempre fora a vitrine da cidade e que agora abrigaria alguns nomes famosos de Nova York e de outros lugares. Imaginei que os lojistas de Nova York gostariam de dar um depoimento. Depois de planejar a matéria, entrei em contato com eles para marcar a entrevista. Todos com quem falei pelo telefone ficaram entusiasmados com a ideia de comentar suas incursões em Chicago e conversar com o *Times*.

As entrevistas saíram conforme o esperado, até que chegou a última. Eu tinha chegado alguns minutos antes para garantir que começaríamos pontualmente, por causa do prazo para entregar a matéria.

A loja estava vazia naquele horário tranquilo de final da tarde. Uma assistente me disse que o gerente havia tido outro compromisso, mas já ia chegar. Respondi que esperaria, sem problemas. Estava feliz em ter mais um nome famoso na matéria. A assistente foi para um canto no fundo e fiquei sozinha no showroom aberto. Um homem de terno e sobretudo entrou, afobado e ofegante. Do canto onde estava, a



assistente me fez sinal com a cabeça indicando que era o gerente, e assim fui me apresentar, para começarmos a entrevista. Ele estava sem fôlego, tinha vindo correndo. Ainda de sobretudo, consultou o relógio.

“Ah, não posso falar com você agora”, disse, passando por mim. “Estou muito ocupado. Estou atrasado para um compromisso.”

Na hora, fiquei um pouco confusa. Será que ele havia marcado outro compromisso para o mesmo horário? Por que marcaria dois compromissos ao mesmo tempo? Na loja estávamos nós dois e a assistente, e mais ninguém.

“Acho que seu compromisso é comigo”, falei.

“Não, é um compromisso muito importante com o *New York Times*”, respondeu ele, tirando o sobretudo. “Não posso falar com você agora. Vai ter de ficar para outra hora.”

“Mas estou aqui pelo *New York Times*”, falei, de caderno e caneta na mão. “Nós conversamos pelo telefone e marcamos uma entrevista para as quatro e meia.”

“Como você se chama?”

“Isabel Wilkerson, do *New York Times*.”

“E como posso ter certeza disso?”, retrucou ele, impaciente. “Escute, eu já disse que não tenho tempo de falar com você agora. Ela vai chegar a qualquer instante.”

Ele olhou para a porta e voltou a consultar o relógio.

“Mas eu sou a Isabel. Já devíamos ter começado a entrevista.”

Ele soltou um suspiro e perguntou:

“Você tem algum tipo de identificação? Algum cartão de visita?”

Aquela era a última entrevista para a matéria, e a essa altura eu já tinha distribuído todos os meus cartões.

“Passei o dia fazendo entrevistas”, respondi. “Já não tenho mais nenhum.”

“E documento de identidade? Tem carteira de motorista?”

“Eu não devia ter que lhe mostrar a minha carteira, mas aqui está.”

Ele deu uma olhada rápida.

“Você não tem nada que traga o nome *New York Times*?”

“E por que outra razão eu estaria aqui se não fosse para entrevistá-lo? Já se passou um bom tempo, estamos parados aqui e não apareceu mais ninguém.”

“Ela deve ter se atrasado. Vou lhe pedir para ir embora, preciso me preparar.”

Saí e voltei para a redação do *Times*, perplexa e furiosa, tentando entender o que tinha acabado de acontecer. Era a primeira vez que me acusavam de me passar por mim mesma. As noções de casta daquele homem, sobre quem devia fazer o que na sociedade, o tinham cegado a tal ponto que ele descartara a ideia de que a repórter que aguardava tão ansiosamente, com quem estava tão animado para conversar, estava bem ali na sua frente. Pelo visto, não lhe passou pela cabeça que uma correspondente do *New York Times* podia vir numa caixa como a minha, apesar de todas as indicações de que eu era ela.

A matéria saiu naquele domingo. Como não consegui entrevistá-lo, ele não foi mencionado. Teria sido uma boa publicidade, mas as outras entrevistas deram conta do recado. Enviei-lhe um recorte da matéria com o cartão de visita que ele havia pedido. Até hoje não ponho os pés naquela loja. Não vou citar o nome, não por censura ou vontade de proteger a reputação de uma empresa, mas por causa de nossa tendência cultural de imaginar que, ao identificarmos uma conduta ofensiva tida como um caso isolado, teremos erradicado o problema. O problema

podia ter acontecido em qualquer lugar, porque o problema, na verdade, está na raiz.



## 6. A medida da humanidade

NUM UNIVERSO PARALELO COM leis naturais semelhantes às nossas, um povo conquistador com armamentos poderosos atravessou os oceanos e encontrou um povo de aparência diferente. Eles ficaram perplexos ao encontrar seres humanos que os sobranceavam, que eram mais altos do que qualquer um que já tinham visto antes. Não sabiam o que fazer com a descoberta. Até então, pensavam-se e tomavam-se como o padrão da existência humana. Mas o povo indígena que viam agora estava no limite máximo de um traço humano específico: a altura. Mesmo as mulheres tinham em média mais de 1,80 metro, e alguns homens passavam dos dois metros. Os exploradores poderosamente armados eram o contrário. Tinham armas letais e um corpo mais próximo do chão.

Nesse momento da história humana, quando o mundo era disputado por tribos rivais de indivíduos bem armados, dois povos que estavam nos extremos de uma característica humana claramente visível, porém arbitrária — ser alto ou baixo —, se confrontavam pela primeira vez. Uma tribo dos mais baixos seres humanos agora estava diante dos mais altos. Os que tinham as armas mais desenvolvidas prevaleceram e encontraram uma utilidade para o povo alto. Resolveram transportá-lo para o Novo Mundo que estavam criando.

Eles juntaram forças com outros baixotes do mundo, formando uma causa comum. Com seus estratagemas e armas superiores, conquistaram os altos, escravizaram-nos por um quarto de milênio e construíram uma grande democracia. Diziam a si mesmos que era isso que os altos mereciam, pois eram incultos, atrasados, inferiores, não tinham utilizado suas forças e recursos. Eles constituíam uma espécie totalmente diferente, nascida para servir aos conquistadores, merecedora de sua degradação. Uma raça separada e subordinada.

A história dessa conquista soa totalmente descabida a nossos ouvidos, não porque não tenha ocorrido, mas porque parece absurdo usar a altura como parâmetro para classificar a humanidade e determinar a raça.

Podíamos ter sido divididos por qualquer outro traço. No entanto, a altura, assim como a pigmentação da pele, é um traço esmagadoramente hereditário, controlado por nada menos que 80% dos genes do indivíduo e de grande regularidade em grupos familiares e tribais.<sup>1</sup> Tal como a pigmentação da pele, a altura se insere num amplo espectro entre os adultos da espécie: a maioria das pessoas se encontra no meio, e há casos extremos nos dois polos, desde um máximo de 2,10 metros para indivíduos adultos a um mínimo que não chega a 1,20 metro. Se a altura fosse o parâmetro para determinar a raça, arbitrário como muitos outros e menos arbitrário do que alguns tantos, os holandeses dos Países Baixos seriam da mesma “raça” dos nilotas do Sudão do Sul ou dos tútsis de Ruanda, pois todos eles estão entre os mais altos de nossa espécie — mesmo as mulheres estão em média bem acima de 1,80 metro. No outro extremo, os pigmeus e os sardos seriam para eles uma “raça” separada, pois estão historicamente entre os seres humanos mais baixos.

Se o comportamento de casta atual servisse de guia para alguma coisa, todas as demais pessoas ficariam no meio, talvez querendo agradar à estatura que estivesse no poder, usando salto alto e plataforma se fossem os altos no comando, gabando-se de que a estatura elevada corria no sangue de suas famílias, escolhendo as pessoas mais altas para namorar e casar, a fim de obter as vantagens da casta dominante. Os estereótipos se cristalizariam, como já ocorre com os dois extremos da altura, mas se engrandeceriam para justificar a posição alta ou baixa do grupo que estivesse no poder.

Num sistema de castas dominado por pessoas baixas, qualquer pessoa da raça subordinada do povo alto seria vista depreciativamente como mera massa física, destinada a posições reles e servis, prestando-se apenas ao entretenimento ou à servidão. As pessoas baixas seriam congenitamente aptas para a liderança, devido à pretensa inteligência inata e à suposta cultura, admiradas pela longevidade tida como concomitante à estatura menor, vistas como padrão de beleza, como molde exemplar do ser humano.

As pessoas altas seriam levadas a se sentir inseguras e acanhadas, feias e desengonçadas, por terem nascido no extremo oposto do ideal. A sociedade suporia que qualquer pessoa alta era boa nos esportes e no trabalho físico, tivesse ou não interesse ou aptidão para eles. Os cientistas conceberiam testes para medir diferenças entre altos e baixos além da estatura, testes que rastrearão à exaustão os resultados das vantagens ou da exclusão ao longo das gerações e decerto confirmariam os pressupostos amplamente partilhados sobre a supremacia intrínseca dos baixos e as lamentáveis deficiências dos altos. Seriam poucas as pessoas altas nas diretorias e nos corredores do poder, e haveria uma quantidade desproporcional delas nas prisões e nas ruas. Ser alto



indicaria ser inferior num sistema de castas dirigido por pessoas baixas, e vice-versa.

Por mais absurdo que agora nos possa parecer, se a altura tivesse sido durante séculos o meio de classificar os seres humanos, tal como a cor da pele e os traços fisionômicos, as pessoas teriam aceitado isso como um senso comum quanto às leis da natureza. Pareceria ridículo que, num outro universo, as pessoas fossem divididas pela cor, visto que era claramente evidente que a altura era o fator determinante da beleza, da inteligência, da liderança e da supremacia. Se a ideia de vincular grupos díspares com base na característica arbitrária comum de serem extremamente altos ou baixos nos parece um disparate, é apenas porque não é essa a característica que tem sido usada para dividir os seres humanos em “raças” aparentemente imutáveis.

A ideia de raça é um fenômeno recente na história humana. Data do começo do tráfico escravo transatlântico e, portanto, do sistema subsequente de castas que surgiu a partir da escravidão. A palavra “raça” derivou provavelmente do espanhol *raza* e era de início utilizada para se referir à “‘casta ou qualidade de cavalos autênticos’, marcados a ferro para ser reconhecidos”, escreveram os antropólogos Audrey e Brian Smedley. Ao explorar o mundo, os europeus começaram a usar o termo para se referir aos novos povos que encontravam. Por fim, “os ingleses na América do Norte desenvolveram a forma mais rígida e excludente da ideologia de raça”, escreveram os Smedley. “A raça na mentalidade americana era e é uma afirmação de diferenças profundas e intransponíveis [...]. Expressa o significado de uma distância social que não pode ser transposta.”<sup>2</sup>

Há muito tempo os geneticistas e os antropólogos veem a raça como uma invenção humana sem qualquer base na ciência ou na biologia. O

antropólogo Paul Broca, do século XIX, tentou usar 34 tons de cor de pele para traçar os contornos das raças, mas não conseguiu chegar a nenhuma conclusão.<sup>3</sup> Se todos os seres humanos do planeta fossem alinhados segundo um único traço físico, digamos, a altura ou a cor, em ordem crescente ou decrescente, dos mais altos para os mais baixos, dos mais escuros para os mais claros, teríamos dificuldade em definir a linha entre essas divisões arbitrárias. Um ser humano se fundiria no seguinte e seria praticamente impossível estabelecer um corte entre, digamos, o povo boxímane da África do Sul e o povo indígena ao longo do rio Marañón, no Peru, que nas medições científicas têm a mesma cor, muito embora vivam a milhares de quilômetros de distância entre si e não tenham antepassados imediatos em comum.

Como mostra da natureza aleatória dessas categorias, a utilização do termo “*caucasiano*” para rotular pessoas de ascendência europeia é uma prática relativamente nova e arbitrária na história. A palavra não veio da Antiguidade, mas nasceu da cabeça de um professor alemão de medicina, Johann Friedrich Blumenbach, em 1795.<sup>4</sup> Blumenbach passou décadas estudando e medindo crânios — testas, mandíbulas, cavidades oculares — na tentativa de classificar as variedades da espécie humana.

Ele cunhou o termo “*caucasiano*” com base num de seus crânios favoritos, que lhe chegara às mãos oriundo das montanhas do Cáucaso, na Rússia. Blumenbach o considerava o crânio mais belo que tinha. Assim, deu ao grupo a que pertencia o crânio, o dos europeus, o mesmo nome da região que produzira aquele exemplar. Foi assim que as pessoas agora identificadas como brancas receberam o nome de *caucasianas*, que tem uma ressonância científica, mas é aleatório. Mais de um século depois, em 1914, durante um processo para decidir a concessão de cidadania norte-americana, discutia-se se um sírio poderia

ser caucasiano (e, portanto, branco), o que levou um especialista, em seu depoimento, a comentar a propósito da desconcertante e fatídica descoberta de Blumenbach: “Nunca uma cabeça causou tanto dano à ciência”.<sup>5</sup>

O épico mapeamento do genoma humano e os resultados mais discretos e há tanto sonhados de kits de DNA encomendados a tempo para uma reunião de família nos mostraram que a raça, como viemos a saber, não é real. É uma ficção narrada por tanto tempo pelos seres humanos modernos que veio a ser vista como uma verdade sagrada.

Duas décadas atrás, as análises do genoma humano estabeleceram que todos os seres humanos são 99,9% iguais. “A raça é um conceito social, não científico”, disse J. Craig Venter, o geneticista que dirigia o Celera Genomics quando o mapeamento foi concluído em 2000. “Todos nós evoluímos nos últimos 100 mil anos a partir do pequeno número de tribos que migraram da África e colonizaram o planeta.”<sup>6</sup> Isso significa que todo um sistema racial de castas, o catalisador de ódios e guerras civis, foi montado a partir de “uma seleção arbitrária e superficial de traços”, segundo os termos do antropólogo Ashley Montagu, derivados de alguns poucos genes entre os milhares que formam um ser humano. “A ideia de raça”, escreveu Montagu, “foi, de fato, uma criação deliberada da classe exploradora procurando manter e defender seus privilégios contra aquela que era rentavelmente vista como uma casta inferior.”<sup>7</sup>

Aceitamos a ilogicidade da raça porque são coisas que nos contaram. Vemos uma pessoa com pele mais branca do que a maioria das pessoas “brancas” e aceitamos que ela não é “branca” (e, portanto, pertence a uma outra categoria) porque apresenta uma ínfima diferença na dobra de suas pálpebras e porque, talvez, seus bisavós tenham nascido no



Japão. Vemos uma pessoa cuja pele é de um marrom muito carregado, mais escura do que a pele da maioria das pessoas “negras” nos Estados Unidos, e aceitamos que ela, na verdade, não é “negra”, de forma alguma é “negra” (e, portanto, pertence a uma categoria totalmente separada), porque tem cabelo menos crespo, com cachos mais soltos, e nasceu, talvez, em Madagascar. Temos de aprender essa ilogicidade. As crianças pequenas que ainda não aprenderam as regras descreverão as pessoas conforme as veem, e não segundo as designações políticas de negro, branco, asiático ou latino, até serem “corrigidas” pelos adultos, que lhes ensinam a usar as designações adequadas de casta para que o irracional pareça racional. A cor é um fato. A raça é uma construção social.

“Pensamos ‘ver’ a raça quando encontramos certas diferenças físicas entre as pessoas, tais como a cor da pele, o formato dos olhos e a textura do cabelo”, escreveram os Smedley. “O que realmente ‘vemos’ [...] são os significados sociais aprendidos, os estereótipos que foram associados a esses traços físicos pela ideologia de raça e pela herança histórica que ela nos legou.”

Mesmo assim, observou o historiador Nell Irvin Painter, “os americanos se aferram à raça como os incultos se aferram à superstição”.<sup>8</sup>

A PALAVRA “CASTA”, que se tornou sinônimo de Índia, não se originou na Índia. Ela vem do português “*casta*”, termo renascentista para “raça” ou “linhagem”. Os portugueses, que estiveram entre os primeiros mercadores europeus no Sul da Ásia, aplicaram o termo ao povo indiano depois de observar as divisões hinduístas. Assim, uma palavra que atualmente atribuímos à Índia nasceu, na verdade, das interpretações

que os europeus deram ao que viam, brotou da cultura ocidental que criou os Estados Unidos.

O conceito indiano dos graus hierárquicos, porém, remonta a muitos milênios no passado e é milhares de anos mais antigo do que o conceito europeu de raça. Os graus eram originalmente conhecidos como “varnas”, o termo usado para as grandes categorias daquilo que os indianos, em séculos recentes, passaram a chamar de sistema de castas. O impulso humano de criar hierarquias atravessa as sociedades e as culturas, precede a ideia de raça, sendo, portanto, mais abrangente, mais profundo e mais antigo do que o puro e simples racismo e a divisão relativamente nova dos seres humanos pela cor da pele.

Antes que os europeus se expandissem para o Novo Mundo e se deparassem com pessoas de aparência diferente da deles, o conceito de racismo, tal como o conhecemos, não existia na cultura ocidental. “O racismo é uma concepção moderna”, escreveu o historiador Dante Puzzo, “pois antes do século XVI não havia praticamente nada na vida e no pensamento do Ocidente que possa ser descrito como racista.”<sup>9</sup>

## A palavra com R

O que vemos em nossos dias não é o racismo clássico da época de nossos antepassados, mas uma mutação do programa que se adapta às necessidades atualizadas do sistema operacional. No meio século transcorrido desde que os protestos pelos direitos civis obrigaram os Estados Unidos a tornar ilegal a discriminação sancionada pelo Estado, o que os americanos consideram racismo mudou, e agora a palavra é uma das mais controversas e incompreendidas na cultura americana. Para a casta dominante, a palavra é radioativa — abominada, temida, negada,

invertida e devolvida a quem ousa proferi-la. A resistência ao termo muitas vezes impede qualquer discussão do comportamento subjacente que ele pretende descrever, privando-o, assim, de significado.

Os cientistas sociais muitas vezes definem o racismo como uma combinação entre viés racial e poder sistêmico, vendo o racismo, assim como o sexismo, basicamente como a ação de pessoas ou sistemas com poder pessoal ou de grupo sobre outra pessoa ou grupo com menos poder, tal como os homens têm poder sobre as mulheres, os brancos sobre as pessoas de cor, os dominantes sobre os subordinados.

Mas, com o tempo, o racismo foi com frequência reduzido a um sentimento, a uma falha de caráter, combinado com o preconceito, usado para definir se determinado indivíduo é boa pessoa ou não. Passou a significar um ódio explícito e declarado a uma pessoa ou grupo por causa da raça que lhe é atribuída, perspectiva que poucos se disporiam a admitir. As pessoas podem reconhecer ou admitir que têm um viés sexista, xenófobo ou homofóbico, mas rejeitam imediatamente as acusações de racismo, dizendo que não têm “qualquer sombra de racismo” ou são “a pessoa menos racista que você vai encontrar na vida”, que “não olham a cor”, que seu “melhor amigo é negro”, e até podem estar convencidas disso no plano da consciência.

O que significa *racista* numa época em que mesmo os extremistas não se reconhecem como tal? Qual é o teste decisivo para o racismo? Quem é racista numa sociedade em que alguém pode se recusar a alugar um imóvel a pessoas de cor, prender imigrantes pardos em massa ou exibir uma bandeira dos Confederados, mas não ser “declarado” como racista a menos que confesse ou seja flagrado usando sinais ou termos depreciativos? A fixação em desmascarar racistas e sexistas talvez seja uma batalha perdida, na qual somos tolamente levados a pensar que



estamos erradicando a injustiça ao forçar uma admissão que (a) não é provável que ocorra; (b) mantém o foco num indivíduo isolado e não no sistema que criou esse indivíduo; (c) dá cobertura aos que, denunciando outros, podem invocar para si nobreza de caráter e ausência de preconceitos por terem apontado o dedo antes. Tudo isso mantém a hierarquia intacta.

Curiosamente, a vontade instintiva de rejeitar a própria ideia da discriminação com base num composto químico da pele é uma admissão inconsciente do absurdo da raça como conceito.

Isso não significa que as consequências dessa construção social não sejam reais ou que não se deva aplicar aos abusos a lei em toda a sua competência. Significa que a palavra “racismo” talvez não seja o único termo ou o termo mais adequado para descrever os fenômenos e as tensões que vivemos em nossa época. Em vez de utilizar o termo “racismo” como acusação contra um indivíduo, talvez seja mais construtivo se concentrar em ações depreciativas que prejudicam um grupo menos poderoso em lugar de em algo que é geralmente visto como um atributo fácil de negar e impossível de medir.

Sem nenhuma definição que tenha aceitação universal, podemos ver o racismo como um continuum em vez de um absoluto. Podemos dispensar o teste de pureza para determinar se uma pessoa é ou não racista e trocar essa mentalidade por uma que veja as pessoas como existindo numa escala baseada nas toxinas que absorveram do ar poluído e inescapável da instrução social que recebemos desde a infância.

A casta, por outro lado, é anterior à noção de raça e sobreviveu à era do racismo formal, patrocinado pelo Estado, que foi por muito tempo praticado abertamente na sociedade. A versão atual do racismo

facilmente negável pode encobrir a estrutura invisível que criou e mantém a hierarquia e a desigualdade. Mas a casta não nos permite ignorar a estrutura. A casta é a estrutura. A casta é a gradação hierárquica. A casta são as fronteiras que reforçam os papéis estabelecidos com base na aparência das pessoas. A casta é uma entidade viva. É como uma corporação que procura se sustentar a qualquer custo. Para alcançar um mundo realmente igualitário, é preciso olhar mais a fundo e além do que pensamos ver. Não há como vencer um holograma.

A casta é a concessão ou a negação de respeito, posição, honra, atenção, privilégios, recursos, benefício da dúvida e bondade humana a alguém com base no nível ou na posição que esse alguém, na percepção dos outros, ocupa na hierarquia. A casta reage contra uma mulher afro-americana que, sem se desculpar ou fazer piada, ocupa o lugar à cabeceira da mesa falando russo. A casta prefere um homem asiático-americano que põe seus conhecimentos tecnológicos especializados a serviço da empresa, mas não aspira ao cargo de presidente executivo. No entanto, a casta considera lógico que um adolescente branco, de dezesseis anos de idade, seja o gerente da loja, comandando funcionários da casta subordinada com o triplo de sua idade. A casta é insidiosa, e portanto poderosa, porque não é ódio, não é algo necessariamente pessoal. A casta são as trilhas batidas de rotinas reconfortantes e expectativas irrefletidas, os padrões de uma ordem social que existe há tanto tempo que parece ser a ordem natural das coisas.

Qual é a diferença entre racismo e castismo? Uma vez que casta e raça nos Estados Unidos estão entrelaçadas, pode ser difícil separá-las. Qualquer ação ou instituição que escarneça, prejudique, pressuponha ou atribua uma inferioridade ou um estereótipo a alguém com base na

construção social da raça pode ser considerada racismo. Qualquer ação ou estrutura que procure limitar, deter ou colocar uma pessoa numa posição hierárquica definida, elevando-a ou rebaixando-a com base naquilo que é percebido como sua categoria, pode ser vista como castismo.

O castismo é o investimento na preservação da hierarquia tal como ela é, a fim de manter a posição, as vantagens e os privilégios próprios, de se elevar acima dos outros ou manter os outros abaixo de si. Para aqueles nas castas marginalizadas, o castismo pode significar tentar impedir os que estão num patamar mais baixo de se equiparar, ter sucesso e permanecer nas boas graças da casta dominante, o que serve apenas para manter a estrutura intacta.

Nos Estados Unidos, o racismo e o castismo costumam ocorrer ao mesmo tempo, ou se sobrepõem ou figuram no mesmo cenário. O castismo consiste em atribuir posições e restringir essas posições em relação aos outros. O que a raça e seu precursor, o racismo, fazem com extraordinária habilidade é confundir e desviar a atenção do oculto Lorde dos Sith da casta, mais poderoso e estrutural. Como um molde [*cast*] de gesso num braço quebrado, como o elenco [*cast*] numa peça, um sistema de castas [*caste*] mantém todos num lugar fixo e definido.

Por isso, muitas pessoas — inclusive as que consideramos gentis e bondosas — podem ser castistas, isto é, interessadas em manter a hierarquia vigente ou contentando-se em não fazer nada para mudá-la, mas não racistas no sentido clássico, não odiando explícita e ativamente este ou aquele grupo. Os efetivos racistas, os efetivos *haters*, seriam castistas por definição, na medida em que seu ódio exige que as pessoas que eles veem como inferiores conheçam e mantenham seu lugar na hierarquia.



Trocando em miúdos, não é o racismo que leva um cliente branco numa loja de roupas a se aproximar de uma pessoa aleatória qualquer, negra ou parda, para lhe pedir que traga um suéter de outro tamanho, ou que leva um convidado branco numa festa a pedir a uma pessoa negra ou parda, que também é convidada, que lhe traga um drinque, como aconteceu com Barack Obama quando era senador estadual,<sup>10</sup> ou que leva talvez até um juiz a condenar uma pessoa da casta subordinada por um delito que, se fosse cometido por uma pessoa da casta dominante, nem seria objeto de uma peça de acusação. É a casta, ou melhor, é a adesão ao sistema de castas e aos procedimentos para mantê-lo em vigor. É a resposta reflexa, autônoma, inconsciente a expectativas geradas por milhares de inputs imagéticos e downloads sociais neurológicos que fixam as pessoas em certos papéis, com base em sua aparência e nos papéis que lhes têm sido historicamente designados, ou nas características e estereótipos usados para classificá-las em categorias. Nenhuma categoria étnica ou racial está imune às mensagens sobre a hierarquia que todos nós recebemos, e, assim, ninguém escapa de suas consequências.

O que alguns chamam de racismo pode ser visto apenas como uma manifestação do grau em que interiorizamos o sistema de castas americano mais amplo, uma medida da importância que atribuímos a ele e da intensidade com que o sustentamos, agimos a partir dele e o colocamos em prática, muitas vezes de maneira inconsciente, em nossa vida cotidiana.

Quando supomos que uma mulher não está capacitada para presidir a reunião, a empresa ou o país, ou que uma pessoa de cor ou imigrante não poderia ocupar um cargo de autoridade, não reside numa determinada comunidade, não poderia ou não mereceria ter

frequentado uma escola particular, quando sentimos uma pontada de ressentimento e espanto, uma mágoa e um sentimento pessoal de injustiça e talvez até de vergonha por ficarmos incomodados ao ver alguém de um grupo marginalizado num emprego, num carro, numa casa, numa faculdade ou num cargo de maior prestígio do que fomos levados a esperar, quando achamos que o cidadão de idade devia estar jogando ludo em vez de trabalhar em desenvolvimento de softwares, estamos refletindo a eficiente codificação de casta, o reconhecimento subconsciente de que aquela pessoa saiu de seu suposto lugar em nossa sociedade. Estamos reagindo às instruções embutidas em nós, determinando quem deveria estar em que lugar e fazendo o quê, à transgressão da estrutura e dos limites que são as marcas distintivas de casta.

A raça e a casta não causam nem explicam todos os resultados insatisfatórios ou encontros desagradáveis. Mas a casta se torna um fator, mesmo que em grau infinitesimal, nas interações e decisões sobre gênero, etnia, raça, condição de imigrante, orientação sexual, idade ou religião que têm consequências em nossa vida cotidiana e nas políticas que afetam nosso país e muito além dele. Talvez ela não seja tão devastadora quanto pode parecer a seus alvos, mas tampouco é a antiga relíquia, o anacronismo há muito ultrapassado, que os pós-racialistas, os pós-*haters* de tudo, continuam desejando. É a invisibilidade da casta que lhe confere poder e vida longa. A casta, junto com sua leal serva, a raça, desempenha um papel importante em praticamente qualquer equação americana, e se não a levamos em conta, qualquer proposta para resolver nossos problemas atuais estará condenada ao fracasso.

## 7. Do nevoeiro de Delhi aos paralelos entre a Índia e os Estados Unidos

O AVIÃO ATÉ A ÍNDIA ATERRISSOU em meio a uma bruma cinzenta que ocultava o terminal e sua torre de controle no aeroporto internacional de Delhi. Estávamos em janeiro de 2018, meus primeiros momentos no subcontinente. O piloto procurava uma pista de pouso entre a neblina. Eram duas da manhã, e parecia que tínhamos aterrissado numa chaleira de vapor, ainda envoltos numa nuvem, o ar noturno se comprimindo contra as janelas da cabine, e não conseguíamos enxergar nada no solo. A previsão do tempo não falava em chuva, e fiquei fascinada com aquele nevoeiro sobrenatural no meio da noite, até que percebi que não era nevoeiro, e sim fumaça — das usinas termoelétricas a carvão, dos carros e das queimadas — estagnada no ar parado. A poluição, de início, encobria a visão da Índia como ela realmente era.

Ao amanhecer, o sol penetrou pela cerração. Depois de contatar meus anfitriões, segui com eles e atravessamos um cruzamento, um amplo trecho de asfalto com carros passando por todos os lados, sem faixas nem limites de velocidade. Fomos pelas ruas secundárias até o local da conferência. Vi os altares na beira das calçadas e os templos que se multiplicavam com suas grinaldas e flores de seda, ofertadas às divindades hinduístas sob as figueiras sagradas. Ali, os transeuntes a



caminho do trabalho, de um exame ou de uma consulta médica podem parar para meditar.<sup>1</sup> Os santuários nas calçadas me pareceram exóticos, até que me lembrei do ritual americano de montar altares espontâneos com flores e balões no local de algum acontecimento incomum, como um acidente ou tragédia — como no caso da jovem morta no deplorável comício de Charlottesville, na Virgínia, poucos meses antes. Ambos refletem o desejo humano de se conectar e honrar algo ou alguém além de nós mesmos.

Os Estados Unidos e a Índia são profundamente diferentes entre si — na cultura, na tecnologia, na economia, na composição étnica. Apesar disso, muitas gerações atrás, havia diversos paralelos entre essas duas grandes terras férteis e cobiçadas, ambas protegidas por oceanos e governadas por britânicos. Tanto os Estados Unidos quanto a Índia adotavam hierarquias sociais e mantinham um grande fosso de distância entre quem estava na base e quem estava no topo. Os dois países foram conquistados por povos ditos arianos, chegando, num caso, pelo oceano Atlântico, e, no outro, pelo norte. Os considerados inferiores em cada país serviam aos considerados superiores. O país mais novo, os Estados Unidos, se tornaria a democracia mais poderosa do mundo. O país mais antigo, a Índia, a mais populosa.

Suas respectivas hierarquias são profundamente diferentes. Apesar disso, como se operassem com o mesmo manual de instruções, traduzido para se adequar a suas diferentes culturas, esses dois países adotaram métodos similares para manter rígidos protocolos e linhas de demarcação. Ambos mantinham sua casta dominante separada, à parte e acima dos considerados inferiores. Ambos exilaram seus povos indígenas — os adivasis na Índia, os americanos nativos nos Estados Unidos — para terras distantes e margens invisíveis da sociedade. Ambos criaram

um emaranhado de leis para confinar os grupos de status mais baixo — os dalits na Índia e os afro-americanos nos Estados Unidos — à base inferior, usando o terror e a força para mantê-los ali.

“Talvez somente os judeus tenham uma história de sofrimentos por discriminação tão longa quanto a dos dalits”, escreveu o jornalista V. T. Rajshekar. “Mas, quando consideramos a natureza dos sofrimentos suportados pelos dalits, apenas o paralelo afro-americano de escravização, segregação e assimilação forçada é que vem à mente.”<sup>2</sup>

Os dois países aboliram a legislação formal que definia seus sistemas de casta — os Estados Unidos nos anos 1960, com uma série de leis sobre os direitos civis, e a Índia décadas antes, nos anos 1940 —, mas tais sistemas continuam vivos nos sentimentos e nos hábitos, nas instituições e nas infraestruturas. Os dois países ainda convivem com o resíduo de códigos que perduraram por um período muito mais longo do que o tempo transcorrido desde que foram abolidos.

Essa descrição da história das castas, apresentada no livro indiano *Ground Down by Growth*, de 2017, pode se aplicar ao sistema de castas americano com a mera mudança de algumas palavras, assinaladas entre parênteses: “Os poderes coloniais aboliram a escravidão na Índia (Estados Unidos) em 1843 (1865), mas isso levou simplesmente à sua transformação em trabalho compulsório por endividamento, o que os estudiosos chamam de ‘servidão por dívida’”.<sup>3</sup>

Nos dois países e na mesma época, as castas inferiores trabalhavam para seus senhores — os afro-americanos nas plantações de tabaco ao longo da baía de Chesapeake ou nas lavouras de algodão do Mississippi, os dalits colhendo chá em Kerala e algodão em Nandurbar. Ambos trabalhavam em regime escravo e mais tarde em troca do direito de viver na terra que cultivavam — os afro-americanos no sistema de

meação, os dalits no sistema indiano equivalente, conhecido como *saldari*, os dois ainda confinados a seus papéis fixos na base de seus respectivos mundos.

“Ambos ocupam as posições mais baixas na hierarquia de suas sociedades”, escreveu Sidney Verba, cientista político de Harvard, com seus colegas, num estudo sobre os dalits e os afro-americanos. Ambos foram “particularmente separados de outros grupos” com base em características atribuídas.<sup>4</sup>

Embora tenham sido abertas algumas portas às castas subordinadas na Índia e nos Estados Unidos desde a proibição oficial da discriminação, os dois países têm sido afligidos pelos mesmos espasmos de resistência. O que é chamado de “ação afirmativa” nos Estados Unidos é chamado de “reservas” na Índia, sendo igualmente impopulares entre as castas superiores de ambas as nações, com termos pejorativos seguindo em fila cerrada logo atrás e reclamações de discriminação reversa num e castismo reverso no outro.

Há muitas semelhanças gerais entre os dois sistemas de castas, mas eles são estruturados e operados de maneiras diferentes. O sistema americano foi fundado basicamente como uma hierarquia de dois níveis, com seus contornos definidos pelo grupo superior, composto daqueles identificados como brancos, e pelo grupo subordinado, composto daqueles identificados como negros, com imigrantes não europeus formando castas médias indistintas que procuraram se adaptar dentro de uma estrutura bipolar.

O sistema de castas indiano, por sua vez, é um complexo entrançamento de milhares de subcastas, ou *jatis*, relacionadas com a região e a aldeia, que recaem nas quatro *varnas* principais — brâmanes, xátrias, vaixás, sudras — e numa quinta excluída, conhecida como



intocáveis ou dalits. Torna-se ainda mais complexo com os não hinduístas — muçulmanos, budistas e cristãos — que estão fora do sistema de castas, mas se incorporaram ao funcionamento do país e, embora evitem castas rígidas, podem ou não ter classificações hierárquicas informais entre eles e em relação às *varnas*.

Ao contrário dos Estados Unidos, que utilizam basicamente traços físicos para separar as castas, na Índia são os sobrenomes das pessoas que podem indicar mais prontamente sua respectiva casta. Os nomes dalits geralmente têm um significado “desprezível”, referente ao trabalho sujo ou humilde a que são relegados, ao passo que os brâmanes portam os nomes das divindades. Em termos gerais, é preciso conhecer o significado do nome, saber a profissão dos antepassados e talvez conhecer a aldeia ou o lugar das pessoas nela para se certificar de sua casta. Mas, após séculos de submissão forçada e casamentos endógenos, os dalits também podem ser identificados pela postura corporal, pela pronúncia e pela roupa, as quais, ao longo dos séculos, exigia-se que fossem humildes e servis. Eles tendem também a ter a pele mais escura, embora nem sempre, do que as pessoas de casta superior.

Os que vivem dentro do sistema de castas indiano dizem que ele é estável e incontestado, unido pela religião e pela crença hinduísta na reencarnação, a crença de que a pessoa vive nesta vida o carma das vidas anteriores, sofre os castigos ou colhe os frutos de suas ações numa vida pregressa, e de que, quão mais fielmente seguir as regras da casta em que nasceu, mais elevada será sua posição na vida seguinte.

Alguns observadores dizem que é isso o que diferencia o sistema de castas indiano de todos os demais, a saber, que as pessoas na casta inferior aceitam seu destino, que ele é fixo e inalterável, que os dalits cumprem o carma decretado pelos deuses e fazem o trabalho servil sem

se queixar, sem sonhar com algo mais. A fim de sobreviver, algumas pessoas numa casta subordinada podem ser levadas a crer que a resistência é inútil. Mas essa visão condescendente ignora décadas e séculos de resistência, ignora o trabalho de Ambedkar e, antes dele, do reformador Jotiba Phule. Fez-se também a mesma suposição equivocada sobre os africanos escravizados, ignorando-se uma verdade fundamental da espécie, a de que todos os seres humanos desejam ser livres.

Os dalits estavam descontentes com seu destino tanto quanto qualquer outra pessoa estaria. Num sistema de castas, a identificação entre obediência e aprovação pode ser, em si mesma, desumanizadora. Muitos dalits procuraram outras terras além de sua terra natal, examinaram povos oprimidos por todo o mundo e identificaram os mais próximos a seus sofrimentos. Viram um destino em comum com os afro-americanos, que no geral pouco sabiam do sofrimento dos dalits. Alguns dalits sentiram uma afinidade tão grande com uma ala do movimento americano pelos direitos civis e o acompanharam tão de perto que, nos anos 1970, criaram os Panteras Dalits, inspirados no Partido dos Panteras Negras.

Alguns anos atrás, um grupo de professores afro-americanos foi visitar uma aldeia rural em Uttar Pradesh, na Índia. Centenas de aldeões da subcasta mais baixa, os limpadores de dejetos, se reuniram numa cerimônia para receber os americanos. Os aldeões entoaram cantos pela libertação dalit. Então se viraram para os visitantes americanos e os convidaram a cantar pela libertação deles mesmos. Um professor de direito da Universidade de Indiana, Kenneth Dau Schmidt, começou a entoar um canto que os manifestantes pelos direitos civis tinham cantado em Birmingham e Selma, antes de enfrentarem os cães e as mangueiras de água da polícia. Quando ele chegou ao refrão, os

anfitriões dalits se juntaram e começaram a cantar com seus semelhantes americanos. Do outro lado do oceano, conheciam bem a letra de “We Shall Overcome”.<sup>5</sup>



## 8. Os nazistas e a aceleração das castas

*Berlim, junho de 1934*

Nas fases iniciais do Terceiro Reich, antes que o mundo pudesse imaginar os horrores que viriam, um comitê de funcionários nazistas se reuniu para avaliar as opções para impor uma nova e rígida hierarquia que, agora que os nazistas haviam tomado o controle, isolaria o povo judeu dos arianos. Os homens reunidos naquele final de primavera de 1934 não estavam planejando nem se encontravam em posição de planejar o extermínio. Este viria anos depois, após uma reunião assustadoramente apática e cataclísmica em Wannsee, avançando cada vez mais para uma guerra mundial que ainda não se iniciara.

Naquele dia, 5 de junho de 1934, eles estavam reunidos para debater o arcabouço jurídico para uma nação ariana, para converter a ideologia em lei, e ansiosos por discutir os resultados das pesquisas que haviam feito examinando como outros países protegiam a pureza racial contra a mácula dos desfavorecidos. Eles se encontraram numa sessão a portas fechadas na capital do Reich, considerando-a de seriedade suficiente para incluírem um estenógrafo a fim de registrar os trabalhos e fazer a transcrição. Ao tomarem assento para discutir o que, por fim, resultaria nas leis de Nuremberg, o primeiro ponto da pauta foram os Estados Unidos e o que poderiam aprender com o país.

O homem que presidia a reunião, Franz Gürtner, ministro da Justiça do Reich, abriu a sessão apresentando um memorando que expunha em detalhes as medidas dos Estados Unidos para lidar com seus grupos marginalizados e proteger o bloco dominante de cidadãos brancos. Os dezessete juristas e funcionários percorreram de trás para a frente as leis de pureza americanas que regulamentavam a imigração e o casamento inter-racial. Ao debater “como institucionalizar o racismo no Terceiro Reich”, escreveu James Q. Whitman, historiador de direito de Yale, eles “começaram se perguntando como os americanos faziam”.<sup>1</sup>

Os nazistas não precisavam de gente de fora para plantar entre eles as sementes do ódio. Mas, nos primeiros anos do regime, quando ainda tinham interesse em manter uma aparência de legitimidade e a esperança de atrair investimentos estrangeiros, buscaram protótipos jurídicos para o sistema de castas que estavam montando. Eles desejavam prosseguir rapidamente com seus planos de pureza e separação racial, e sabiam que os Estados Unidos estavam séculos à frente, com seus estatutos legais contra a miscigenação e a proibição da imigração com base na raça. “Para nós, alemães, é especialmente importante saber e ver como um dos maiores Estados do mundo com linhagem nórdica já tem uma legislação racial plenamente comparável à do Reich alemão”, escreveu a agência de imprensa alemã Grossdeutscher Pressedienst quando os nazistas consolidaram seu controle sobre o país.<sup>2</sup>

Os europeus ocidentais estavam cientes desde longa data do paradoxo americano de proclamar a liberdade para todos os homens e ao mesmo tempo manter subconjuntos de seu corpo de cidadãos numa subjugação quase completa. O escritor francês Alexis de Tocqueville percorreu a América pré-Guerra Civil, nos anos 1830, e observou que apenas a

“superfície da sociedade americana está coberta por uma camada de tinta democrática”. A Alemanha entendia bem a fixação americana na pureza de raça e na eugenia, a pseudociência de hierarquizar os seres humanos segundo a pretensa superioridade de grupo. Muitos americanos de destaque haviam se juntado ao movimento eugenista do começo do século XX, entre eles o inventor Alexander Graham Bell, o magnata do setor automobilístico Henry Ford e o reitor da Universidade Harvard, Charles W. Eliot. Durante a Primeira Guerra Mundial, a Sociedade Alemã pela Higiene Racial aplaudiu “a dedicação com que os americanos patrocinam pesquisas no campo da higiene racial e transpõem o conhecimento teórico para a prática”.<sup>3</sup>

Os nazistas haviam se entusiasmado sobretudo com as teorias raciais militantes de dois eugenistas americanos bastante famosos, Lothrop Stoddard e Madison Grant. Ambos eram homens em posições privilegiadas, nascidos e criados no Norte e formados na Ivy League. Ambos fizeram renome, agora desacreditado, com a ideologia do ódio que concebia uma tosca classificação da “linhagem” europeia, declarava os europeus orientais e meridionais inferiores aos “nórdicos” e defendia a exclusão e a eliminação de “raças” que, a seu ver, constituíam ameaças à pureza racial nórdica, sobretudo os judeus e os “pretos”.

Um termo racial ofensivo que os nazistas adotaram na campanha para desumanizar os judeus e outros não arianos — a palavra “*Untermensch*”, isto é, “sub-humano” — chegou a eles a partir do eugenista Lothrop Stoddard, nascido na Nova Inglaterra. Um livro que ele escrevera em 1922 trazia o subtítulo *The Menace of the Under-man*, “A ameaça do sub-homem”, que foi traduzido como *Untermensch* na edição alemã. Os nazistas adotaram o termo, associando-se a ele em larga medida. Incluíram o livro de Stoddard sobre a supremacia branca como



bibliografia obrigatória no currículo escolar do Reich e, em dezembro de 1939, concederam ao autor uma audiência reservada com Adolf Hitler, que costumava ser deliberadamente inacessível, na Chancelaria do Reich.<sup>4</sup> Em plena Segunda Guerra Mundial, Stoddard acompanhou as experiências nazistas de esterilização e elogiou os nazistas por “extirparem os piores veios na linhagem germânica de maneira científica e verdadeiramente humanitária”. Porém lamentou que “seus julgamentos fossem, no mínimo, quase demasiado conservadores”.<sup>5</sup>

Madison Grant, um importante eugenista de Nova York cujo círculo social incluía os presidentes Theodore Roosevelt e Herbert Hoover, empregou seu ardoroso entusiasmo pela supremacia ariana para ajudar a implantar uma série de restrições americanas à imigração e ao casamento nos anos 1920, enquanto o Partido Nazista estava se formando no outro lado do Atlântico. Grant ia muito além dos segregacionistas sulistas no desprezo pelas pessoas marginalizadas, sustentando que as “linhagens inferiores” deviam ser esterilizadas e mantidas em isolamento num “rígido sistema de eliminação dos fracos ou incapazes” ou “talvez tipos raciais imprestáveis”. Ele publicou um colérico manifesto pela limpeza do conjunto genético dos indesejáveis, seu livro *A passagem da grande raça*, de 1916, cuja edição alemã ocupava lugar especial na biblioteca do *Führer*. Hitler escreveu uma nota pessoal de agradecimento a Grant, dizendo: “O livro é minha Bíblia”.<sup>6</sup>

Hitler estudara os Estados Unidos à distância, com inveja e ao mesmo tempo admiração, e atribuía as realizações americanas à sua linhagem ariana.<sup>7</sup> Elogiava o quase genocídio dos indígenas americanos e o desterro para reservas daqueles que restaram. Agradava-lhe que os Estados Unidos tivessem “abatido os milhões de peles-vermelhas, reduzindo-os a algumas centenas de milhares”.<sup>8</sup> Como escreveu o

historiador Jonathan Spiro, ele via a Lei de Restrição à Imigração, promulgada pelos Estados Unidos em 1924, como “modelo para seu programa de purificação racial”.<sup>9</sup> Os nazistas ficaram impressionados com o costume americano de linchar sua casta subordinada de afro-americanos, tendo tomado conhecimento das torturas e mutilações rituais que em geral o acompanhavam. Hitler sentia especial admiração pela “habilidade [americana] de manter um ar de grande inocência na esteira das mortes em massa”.<sup>10</sup>

Quando Hitler subiu ao poder, os Estados Unidos “não eram apenas um país onde havia racismo”, escreveu Whitman, o estudioso de direito de Yale. “Eram a principal jurisdição racista — a tal ponto que mesmo a Alemanha nazista buscou inspiração nos Estados Unidos”.<sup>11</sup> Os nazistas reconheciam os paralelos, ainda que muitos americanos não os vissem.

Assim, naquele dia de junho de 1934, quando dezessete juristas e funcionários do Reich começaram a deliberar sobre a nova legislação, sem precedentes para a Alemanha, eles haviam examinado atentamente os Estados Unidos e tinham aprendido muitas coisas. Um dos homens, Heinrich Krieger, estudara direito no Sul dos Estados Unidos, pelo programa de intercâmbio estudantil da Universidade do Arkansas. Ele escrevera extensamente sobre os regimes raciais estrangeiros, tendo passado dois anos na África do Sul, e naquele momento estava concluindo um livro que se chamaria *Race Law in the United States*, que seria publicado na Alemanha dali a dois anos. Os juristas nazistas haviam pesquisado a jurisprudência americana com profundidade suficiente para saber que, desde os casos de escravos fugitivos até o caso *Plessy v. Ferguson*, e mais, ainda, “a Suprema Corte americana ouviu depoimentos dos estados sulistas cujos argumentos não se distinguiam dos argumentos nazistas”, observou Whitman.<sup>12</sup>

Na busca por protótipos, os nazistas haviam examinado países de dominação branca como a Austrália e a África do Sul, mas “não conseguiram encontrar nenhum outro modelo no mundo para a legislação antimiscigenação”, escreveu Whitman. “Eles concentraram seu interesse maciçamente no ‘exemplo clássico’, os Estados Unidos da América.”<sup>13</sup>

AQUELES DEZESSETE HOMENS estavam reunidos numa época de intrigas e distúrbios num país que descia rumo à ditadura. Os nazistas estavam nos estágios finais de se consolidar no poder, após o terem tomado no ano anterior. Hitler assumira como chanceler, mas ainda não era o *Führer*. Isso se daria pouco tempo depois, em agosto de 1934, quando a morte do presidente da Alemanha, Paul von Hindenburg, o último bastião do regime de Weimar, abriu caminho para que ele assumisse o controle total.

Hitler chegara à chancelaria numa negociação com as elites conservadoras, que só haviam feito o acordo porque achavam que conseguiriam controlá-lo e poderiam usá-lo para seus próprios fins políticos. Elas subestimaram a astúcia do chanceler e superestimaram sua base de apoio — esta a razão pela qual julgaram precisar dele, em primeiro lugar. No auge de seu poder nas urnas, os nazistas não alcançaram a maioria que desejavam, e conquistaram apenas 38% dos votos na última eleição livre e limpa do país, que deu início aos doze anos de reinado nazista.<sup>14</sup> A velha guarda não previu, ou preferiu não ver, que a real missão de Hitler era “usar os métodos da democracia para destruir a democracia”.<sup>15</sup>

Quando as elites conservadoras perceberam seu erro fatal de cálculo, já era tarde demais. Hitler subira ao poder como agitador externo, uma



figura de culto que adorava cerimônias pomposas e comícios com desfiles em que as pessoas carregavam archotes e, segundo um observador, faziam lembrar “rios de fogo”. Hitler se via como a voz do *Volk* [povo], de suas reclamações e apreensões, sobretudo dos setores rurais, como um salvador enviado por Deus, agindo por instinto. Até então, nunca fora eleito para nenhum cargo.

Assim que ele tomou posse como chanceler, os nazistas empunharam suas suásticas, um símbolo sânscrito que os vinculava a suas “raízes” arianas, e começaram a fechar o cerco contra os judeus. Acumulavam antigos ressentimentos, remontando à Idade Média, que redespertaram quando os judeus foram transformados nos bodes expiatórios da derrota e humilhação da Alemanha no final da Primeira Guerra Mundial. Vistos como figuras dominantes no setor bancário e financeiro, os judeus foram acusados de não dar apoio suficiente ao esforço de guerra, embora os historiadores agora reconheçam amplamente que a Alemanha perdeu no campo de batalha, e não apenas por falta de fundos.

Apesar disso, a propaganda nazista se empenhou em virar os alemães contra os cidadãos judeus. Brutalmente nazistas perseguiram e espancavam os judeus nas ruas, e quaisquer arianos que mantivessem relações com eles. O regime começou a restringir a presença de judeus em cargos no governo ou em profissões liberais de status elevado, como a medicina ou o direito, campos que despertavam inveja entre os alemães comuns que não dispunham de meios para obter os dispendiosos carros e mansões que muitos judeus bem-sucedidos haviam adquirido. Estava-se no meio da Grande Depressão; em 1933, ano em que os nazistas chegaram ao poder, mais de um terço dos alemães estava desempregado.<sup>16</sup> Considerava-se que o prestígio e a

riqueza dos judeus estavam acima da posição de um grupo que, conforme decretaram os nazistas, era inferior aos arianos.

Ciosos em manter as aparências fora de suas fronteiras, pelo menos por ora, os nazistas se perguntavam como os Estados Unidos tinham conseguido transformar sua hierarquia social numa legislação rígida, conservando ao mesmo tempo excelente reputação no cenário mundial. Eles notaram que, nos Estados Unidos, em se tratando dessas proibições raciais, “a opinião pública as aceitava como naturais”, escreveu a historiadora Claudia Koonz.<sup>17</sup>

Um jovem intelectual nazista chamado Herbert Kier ficou encarregado de montar uma tabela das leis raciais americanas, e se espantou ao ver a que ponto os Estados Unidos chegavam para segregar sua população. Observou que, por lei, na maioria dos estados sulistas, “as crianças brancas e as crianças pretas são enviadas a escolas diferentes”, e que a maioria dos estados “exige também que a raça conste das certidões de nascimento, dos documentos e dos atestados de óbito”. Kier descobriu que “muitos estados americanos chegam ao ponto de exigir por lei instalações segregadas para pretos e brancos nas salas de espera, vagões de trem, vagões-dormitórios, bondes, ônibus, vapores e mesmo nas prisões e cadeias”. No Arkansas, observou, os registros de bens eram segregados. Mais tarde, ele comentou que, em vista da “proposição fundamental da igualdade de tudo o que tenha um semblante humano, é ainda mais espantosa a extensão da legislação racial nos Estados Unidos”.<sup>18</sup>

Kier era apenas um dos vários pesquisadores nazistas “que pensavam que a legislação americana exagerava”, escreveu Whitman.<sup>19</sup>

Tendo diante de si os resultados de suas pesquisas, os homens na reunião de junho começaram a discutir dois caminhos principais para

sua versão de um sistema de castas: primeiro, criar uma definição jurídica para as categorias de judeus e arianos; segundo, proibir o casamento entre eles. Décadas antes, a Alemanha examinara as leis contra a miscigenação nos Estados Unidos e testara sua própria proibição ao casamento inter-racial na virada do século XX, quando vetou a miscigenação de seus colonos com os povos indígenas em suas colônias no sudoeste da África. Com isso a Alemanha foi além da maioria das outras potências coloniais, mas não chegou nem perto do modelo americano. Agora, os extremistas nazistas insistiam em formas de impedir “qualquer introdução adicional de sangue judeu no corpo do *Volk* alemão”.<sup>20</sup>

Enquanto prosseguia o debate, Krieger, o ex-estudante de direito na Universidade do Arkansas, informou que os americanos tinham chegado a converter o casamento inter-racial em crime punível por lei, sujeito a até dez anos de prisão em diversas jurisdições. Ele destacou que os Estados Unidos haviam dividido sua população em duas partes, com uma “linha artificial” entre brancos e negros. Krieger e outros nazistas se mostraram fascinados com o costume americano de classificar os seres humanos por categorias usando frações de ancestralidade que se faziam visíveis. “Há uma tendência crescente na prática judicial”, disse ele, “de classificar a pessoa num grupo de pretos sempre que haja um mínimo traço visível de características físicas pretas.”<sup>21</sup>

Os homens presentes naquela reunião discordavam até que ponto se baseariam na jurisprudência americana. Os moderados à mesa, entre eles o próprio presidente da reunião, Franz Gürtner, defendiam métodos menos onerosos do que os utilizados pelos americanos. Ele sugeriu que “a educação e o esclarecimento” sobre “os perigos da mistura racial” talvez fossem suficientes para desencorajar o casamento dos arianos